



**Universidade do Estado do Amazonas**  
**Escola Superior de Ciência da Saúde**  
**Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**



Andréa Cristina Guimarães

**(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas: o caso da  
comunidade ribeirinha Nossa Senhora do Livramento na Reserva de  
Desenvolvimento Sustentável do Tupé**

Manaus  
2024

Andréa Cristina Guimarães

**(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas: o caso da comunidade  
ribeirinha Nossa Senhora do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do  
Tupé**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade  
do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Angela Xavier Monteiro

Manaus  
2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

G963(( Guimarães, Andréa Cristina  
(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas : o  
caso da comunidade ribeirinha Nossa Senhora do  
Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
do Tupé / Andréa Cristina Guimarães. Manaus : [s.n],  
2024.  
109 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Saúde  
Coletiva - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus,  
2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Angela Xavier Monteiro

1. Insegurança alimentar. 2. COVID-19. 3.  
Comunidades rurais. I. Angela Xavier Monteiro (Orient.).  
II. Universidade do Estado do Amazonas. III.  
(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas

Andréa Cristina Guimarães

**(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas: o caso da comunidade ribeirinha  
Nossa Senhora do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade  
do Estado do Amazonas.

Aprovada em 05 de março de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela Xavier Monteiro (Orientadora)  
Universidade do Estado do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Socorro de Fátima Moraes de Nina  
Universidade do Estado do Amazonas

---

Prof. Dr. Rodrigo Tobias de Souza Lima  
Fiocruz



## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às famílias ribeirinhas do Amazonas, em suas lutas diárias de adaptação frente aos dilemas impostos não apenas pelo clima e ambiente, mas sobretudo pelas ausências de políticas públicas que ainda limitam uma margem social que as exclui. Este trabalho é um reconhecimento de sua resiliência e um apelo por maior atenção às suas necessidades e direitos.

## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação nunca é o produto apenas de duas mãos, mas de um conjunto indeterminado de suportes e apoios, intelectual, moral, financeiro, social e logístico.

Agradeço profundamente aos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, cuja acolhida e partilha de vivências foram essenciais para este estudo. O que vi, vivi, ouvi e senti jamais poderá ser completamente medido e descrito por palavras, tabelas e gráficos.

Agradeço, também, à senhora Francisca (Presidente da Associação de Moradores) e ao senhor Edmilson (Vice-Presidente), que não só abriram as portas da comunidade, mas também foram pilares de apoio logístico e informacional.

Um agradecimento especial à Dona Francisquinha, cuja energia e companhia na coleta de dados foram inestimáveis. Sou grata também ao Paulo, representante da feira comunitária, pela sua colaboração.

À minha orientadora, Professora Angela Xavier Monteiro, pelos diálogos, pela amizade e pelo incentivo investido.

Agradeço aos professores Dr<sup>a</sup>. Socorro de Fátima Moraes de Nina e Dr. Rodrigo Tobias de Souza Lima, que tão prontamente aceitaram avaliar este estudo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa de mestrado, que tornou esta pesquisa viável.

Por fim, um agradecimento especial ao meu esposo Hugo Fonseca Moreira e aos meus filhos Isadora e Davi, pelo amor e apoio incondicional durante esta jornada.

## RESUMO

GUIMARÃES, Andréa Cristina. **(In)Segurança Alimentar e COVID-19 no Amazonas: o caso da comunidade ribeirinha Nossa Senhora do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé**. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.

Este estudo aborda a insegurança alimentar na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, em Manaus, Amazonas, Brasil, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, destacando as complexidades e os desafios impostos pela pandemia de COVID-19. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, empregando tanto métodos quantitativos, através dos questionários socioeconômicos, questionário de frequência alimentar e a escala brasileira de insegurança alimentar, quanto qualitativas, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os instrumentos foram aplicados a um residente de cada domicílio da amostra que se enquadraram nos critérios de inclusão do estudo. Para isso, foi utilizada uma amostra não probabilística utilizando a técnica de “Amostra Dirigida pelo Entrevistado”. Este estudo permitiu uma análise abrangente das condições alimentares e socioeconômicas da comunidade, revelando uma realidade multifacetada. Os resultados quantitativos indicaram elevado percentual de famílias em algum nível de insegurança alimentar (78,6%), sobretudo entre aquelas com menor renda familiar, sendo que as famílias identificadas como em situação grave de insegurança familiar possuíam renda familiar média de 0,91 salários mínimos (28,6% do total). As entrevistas qualitativas forneceram relatos valiosos sobre as experiências pessoais dos moradores, suas possibilidades alimentares diárias, bem como as estratégias desenvolvidas e os impactos da pandemia. Neste sentido, as conclusões apontam uma significativa prevalência da insegurança alimentar na comunidade, agravada pela crise sanitária, e que reflete substancialmente na qualidade de vida e nas práticas alimentares daquela população. O trabalho sugere que a implementação de tais políticas deve levar em conta as especificidades culturais e socioeconômicas da comunidade, promovendo a segurança alimentar enquanto respeita a diversidade e a autonomia local. A contribuição deste estudo reside na sua capacidade de articular uma visão detalhada da insegurança alimentar em um contexto de pandemia, oferecendo evidências empíricas que podem orientar intervenções direcionadas e eficazes.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar. COVID-19. Comunidades rurais.

## ABSTRACT

GUIMARÃES, Andréa Cristina. **Food Insecurity and COVID-19 in Amazonas (Brazil):** the case of the riverside community Nossa Senhora do Livramento Tupé Sustainable Development Reserve. 2024. 113 p. Master's Thesis (Master in Public Health) - University of the State of Amazonas, Manaus, 2024.

This study addresses food insecurity in the community of Nossa Senhora do Livramento, in Manaus, Amazonas, Brazil, located in the Tupé Sustainable Development Reserve, highlighting the complexities and challenges imposed by the COVID-19 pandemic. The research adopted a mixed methodological approach, employing both quantitative methods, through socioeconomic questionnaires, food frequency questionnaire, and the Brazilian food insecurity scale, as well as qualitative methods, through semi-structured interviews. The instruments were applied to one resident of each household in the sample that met the study's inclusion criteria. For this, a non-probabilistic sample was used utilizing the "Respondent-Driven Sampling" technique. This study allowed a comprehensive analysis of the community's food and socioeconomic conditions, revealing a multifaceted reality. The quantitative results indicated a high percentage of families at some level of food insecurity (78,6%), especially among those with lower family income, with families identified as in a severe situation of food insecurity having an average family income of 0.91 minimum wages (28,6% of the total). The qualitative interviews provided valuable accounts of the residents' personal experiences, their daily food possibilities, as well as the strategies developed and the impacts of the pandemic. In this sense, the conclusions point to a significant prevalence of food insecurity in the community, exacerbated by the health crisis, and which substantially reflects on the quality of life and food practices of that population. The work suggests that the implementation of such policies should take into account the cultural and socioeconomic specificities of the community, promoting food security while respecting local diversity and autonomy. The contribution of this study lies in its ability to articulate a detailed view of food insecurity in a pandemic context, offering empirical evidence that can guide targeted and effective interventions.

**Keywords:** Food Insecurity. COVID-19. Rural Population.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Localização da comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil .....	31
Figura 2 - Divisão por Distritos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil .....	32
Figura 3 - Nuvem de Palavras .....	55

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Reunião de Negociação da Pesquisa na Associação de Moradores .....	61
Fotografia 2 -	Presidente da Associação Assinando Termo de Autorização de Realização da Pesquisa .....	62
Fotografia 3 -	Marina do Davi (frente), Manaus, Amazonas, Brasil .....	63
Fotografia 4 -	Saindo da Marina do Davi em direção à comunidade .....	63
Fotografia 5 -	Embarcação com moradores em trânsito .....	64
Fotografia 6 -	Chegada na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento .....	64
Fotografia 7 -	Placa Entrada da Comunidade de Nossa Senhora do Livramento .....	65
Fotografia 8 -	Feirinha Local .....	65
Fotografia 9 -	Mercadinho Local (1) .....	66
Fotografia 10 -	Mercadinho Local (2) .....	66
Fotografia 11 -	Escola Municipal de Educação Fundamental .....	67
Fotografia 12 -	Igreja Católica .....	67
Fotografia 13 -	Igreja Evangélica .....	68
Fotografia 14 -	Residência não enquadrável (Critérios de Inclusão) .....	69
Fotografia 15 -	Residência vazia durante a visita .....	69
Fotografia 16 -	Residência enquadrável (entrevista realizada) .....	70
Fotografia 17 -	Exemplo de longos trechos percorridos entre domicílios (1) .....	70
Fotografia 18 -	Exemplo de longos trechos percorridos entre domicílios (2) .....	71
Fotografia 19 -	Embarcações encalhadas (período de seca) .....	71
Fotografia 20 -	Entrevista com uma moradora (1) .....	72
Fotografia 21 -	Exemplo de canteiro ecológico plantado .....	74
Fotografia 22 -	Entrevista com uma moradora (2) .....	77
Fotografia 23 -	Chegando em uma residência para realização das entrevistas .....	79
Fotografia 24 -	Entrada de uma residência com alguns galões de água tapados com tela .....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixas Etárias dos Entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, 2023 .....	45
Gráfico 2 - Limite inferior e superior e mediana da idade dos participantes de acordo com a idade, Nossa Senhora de Livramento, 2023 .....	45
Gráfico 3 - Perfil etário dos familiares dos entrevistados, Nossa Senhora do Livramento, 2023 .....	46
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes em relação ao tempo de residência na comunidade, Nossa Senhora de Livramento, 2023 .....	46
Gráfico 5 - Renda familiar (em salários mínimos) dos entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, 2023 .....	48
Gráfico 6 - Limite inferior e superior e mediana da renda familiar (em salários mínimos) dos entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, 2023 .....	48
Gráfico 7 - Diagnóstico de (In)Segurança Alimentar, Nossa Senhora de Livramento, 2023 .....	52
Gráfico 8 - Limites inferior e superior e mediana da distribuição da renda familiar total por nível de insegurança alimentar, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023 .....	53
Gráfico 9 - Níveis de insegurança alimentar X recebimento de auxílios governamentais, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023 .....	53
Gráfico 10 - Relação entre a presença de crianças/adolescentes e a insegurança alimentar, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023 .....	54

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Grupos Alimentares (QFA) .....	50
Quadro 2 - Códigos Temáticos .....	55
Quadro 3 - Elementos Discursivos (Desabastecimento) .....	56
Quadro 4 - Elementos Discursivos (Fome e Insegurança Alimentar) .....	56
Quadro 5 - Elementos Discursivos (Preço dos Alimentos) .....	57
Quadro 6 - Elementos Discursivos (Produção Local) .....	57
Quadro 7 - Elementos Discursivos (Mercado Local) .....	58
Quadro 8 - Elementos Discursivos (Renda) .....	58
Quadro 9 - Elementos Discursivos (Apoio Comunitário) .....	59
Quadro 10 - Elementos Discursivos (Auxílio Governamental) .....	59
Quadro 11 - Elementos Discursivos (Medo e Isolamento Social) .....	60
Quadro 12 - Elementos Discursivos (Qualidade dos Alimentos) .....	60
Quadro 13 - Elementos Discursivos (Reserva Ambiental) .....	61



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Frequência de Consumo Alimentar na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil (2023) .....	50
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCO	Ciência & Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva
BPC	Benefício de Prestação continuada
CEP	Conselho de Ética e Pesquisa
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Direito à Alimentação ser elencado no rol da Declaração Universal dos
DUDH	Direitos Humanos
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSE	Formulário Socioeconômico
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
QFA	Questionário de Frequência Alimentar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDE	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e
PENSSAN	Nutricional
SAMARA	Saúde, Medicamentos e Automedicação em Ribeirinhos do Amazonas
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>19</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>21</b>
2.1 Objetivo geral.....	21
2.2 Objetivos específicos.....	22
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>22</b>
3.1 A Insegurança Alimentar no Brasil.....	22
3.2 A Insegurança Alimentar no Amazonas.....	26
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
4.1 Tipo de Estudo.....	29
4.2 Cenário da Pesquisa.....	31
4.3 População.....	33
4.3.1 Critérios de Inclusão.....	34
4.3.2 Critérios de Exclusão.....	34
4.4 Coleta de Dados.....	35
4.4.1 Quantitativos.....	35
4.4.2 Qualitativos.....	38
4.5 Análise de dados Quantitativos.....	39
4.6 Análise de dados Qualitativos.....	39
4.6.1 Pré-Análise.....	40
4.6.2 Exploração do Material.....	42
<b>5 RESULTADOS.....</b>	<b>42</b>
<b>5.1 Resultados Quantitativos.....</b>	<b>42</b>
5.1.1 <u>Considerações Iniciais</u> .....	42
5.1.2 <u>Condições Socioeconômica das Famílias</u> .....	44
5.1.3 <u>Questionário de Frequência Alimentar (QFA)</u> .....	49
5.1.4 <u>Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)</u> .....	51
<b>5.2 Resultados Qualitativos.....</b>	<b>54</b>
5.2.1 <u>Códigos Temáticos</u> .....	55
5.2.2 <u>Experiências etnográficas</u> .....	61
5.2.2.1 Primeiros contatos junto à comunidade.....	61
5.2.2.2 Início do trabalho de campo.....	62
5.2.2.3 Produção local e reserva ambiental.....	73
5.2.2.4 Mercado local, isolamento, desabastecimento e preço dos alimentos.....	75
5.2.2.5 Apoio comunitário, apoio externo e auxílio governamental.....	77
5.2.2.6 Insegurança alimentar e a qualidade dos alimentos.....	80
<b>6 DISCUSSÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO I - FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO FAMILIAR.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO II - QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA DE CONSUMO ALIMENTAR (QFA).....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO III - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA).....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO VI - MEDIDAS DE SEGURANÇA SANITÁRIA.....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Considerada um Direito Humano, conforme o que compreende e estipula o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) representa um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável e a dignidade humana em escala global. Essa noção envolve não somente a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente, mas também abrange a qualidade, a adequação nutricional e a sustentabilidade dos sistemas de produção e de sua distribuição (Aguiar e Padrão, 2022). Neste sentido, a SAN é reconhecida como um direito intrínseco que deve ser garantido a todos os indivíduos, transcendendo barreiras culturais, econômicas e geográficas. É também um conceito dinâmico, que tem evoluído ao longo do tempo, refletindo as mudanças nos padrões de consumo, nas práticas agrícolas e nas políticas públicas desenvolvidas por cada nação (Aliaga *et al*, 2020). A garantia desse direito implica, portanto, no desenvolvimento de esforços coordenados entre governos, organizações internacionais e a sociedade civil, que visem a criação de sistemas de garantias alimentares, que sejam ao mesmo tempo equitativos, sustentáveis e resilientes, capazes de fornecer alimentos saudáveis e acessíveis a todos, independentemente de seus contextos socioeconômicos (Silva, 2003).

Entretanto, apesar deste entendimento ideal, quando passamos a compreender as realidades empíricas de diversas sociedades, o que encontramos é um outro cenário, no qual ao invés de um direito garantido a fome e a insegurança em relação ao acesso a alimentos nutritivos e de qualidade, não apenas persistem, como também se intensificam em muitas regiões (Silva, 2003; Aliaga *et al*, 2020). E este contraste é particularmente evidente na sociedade brasileira, onde, apesar de avanços históricos na luta contra a fome, a insegurança alimentar ainda afeta uma parcela significativa da população e voltou a crescer, logo após o país ter sido considerado como livre da miséria extrema, conforme pode ser visto em relatório publicado pelo Banco Mundial o qual aponta que enquanto em 2001 a parcela da população brasileira que vivia situação de pobreza extrema era de 13,6%, teria havido uma queda para 4,9% em 2013, além de um crescimento na renda média dos brasileiros de 4,4%, o que, como consequência também trouxe queda no Índice de Gini de 0,581 para 0,515. Já no final do ano de 2019 o estudo declara que a renda dos 40% mais pobres do Brasil teria caído, em média, 1,4% ao ano, considerando o período 2014-2019. Neste mesmo período, o índice de Gini voltou a subir, chegando a 0,547 (Banco Mundial, 2022).

A situação é ainda mais crítica em áreas mais afastadas dos grandes complexos industriais e comerciais. Na Região Norte, e especificamente na Amazônia, onde fatores como isolamento geográfico, dependência de cadeias de abastecimento instáveis e a vulnerabilidade a mudanças ambientais exacerbam as dificuldades de acesso a alimentos adequados, a insegurança alimentar tem emergido não apenas como um problema de saúde pública, como também um desafio que atravessa esta esfera percorrendo também contextos sociais, econômicos e políticos (Menezes *et al*, 2018).

Quando olhamos para o passado recente, são notórios os esforços empenhados, por diferentes atores, em um longo caminho, para a construção de uma política sólida e abrangente com vistas a possibilitar programas de Estado coerentes e articulados a fim de buscar alcançar o que se preconiza chamar 'direito à alimentação' (Wood *et al* 2018; Swaminathan, 2010). No entanto, desde 2019, observamos um cenário de mudanças significativas nas políticas públicas de alimentação no Brasil, que impactaram diretamente a garantia da segurança alimentar e nutricional no país, sendo talvez a mais marcante a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por meio da Medida Provisória no 870, editada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de governo. Esta ação representou um enfraquecimento significativo do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e um retrocesso nos processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo (Castro, 2019; Recine *et al*, 2020).

Não fosse apenas o processo de desmonte iniciado naquele ano, logo em seguida, já no início de 2020, a pandemia da COVID-19 agravou significativamente a situação de insegurança alimentar no Brasil, e a repercussão de seus impactos não apenas trouxeram à tona as vulnerabilidades já existentes, como também as potencializaram (Alpino *et al*, 2020). Houve uma redução drástica no poder de compra das famílias e um aumento nos preços dos alimentos, especialmente dos itens mais nutritivos, levando a cortes importantes nos padrões de consumo alimentar (Ribeiro-Silva *et al*, 2020). Além disso, a pandemia impactou negativamente a produção e a distribuição de alimentos, particularmente os provenientes da agricultura familiar, exacerbando os desafios para garantir uma alimentação adequada e saudável para as famílias brasileiras, sobretudo as mais vulneráveis (Carvalho *et al*, 2020).

Não parece absurdo dizer que, muito embora a crise sanitária, por si só, tenha trazido efeitos negativos e impactantes à segurança alimentar, o processo de desconstrução de políticas estruturantes para a alimentação, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), agravou essa situação uma vez que reduziu consideravelmente as possibilidades de acesso, de preços, de produção e de abastecimento, sobretudo de populações mais afastadas, deixando um vácuo nas estruturas de apoio à segurança alimentar e nutricional do país (Recine *et al*, 2020). E essa tem sido a realidade de diversas comunidades e povos tradicionais no estado do Amazonas, haja vista os desafios logísticos, climáticos, produtivos e sociais característicos da maioria dessas localidades.

Uma dessas comunidades é a de Nossa Senhora do Livramento, localizada às margens do Rio Negro, próxima à cidade de Manaus/AM, sua sede municipal, e objeto de estudo da presente dissertação. Nessa comunidade, a crise sanitária e o consequente isolamento social impuseram desafios adicionais à população local, que já enfrentava limitações devido à sua localização geográfica e às restrições ambientais - visto que a comunidade está localizada dentro de uma área de proteção ambiental com regras impositivas sobre produção, manejo e extrativismo.

Nesta linha, o presente estudo buscou compreender o quadro geral de insegurança alimentar e nutricional, assim como a relação deste quadro a outros aspectos sociais e econômicos experimentados pela comunidade de Nossa Senhora do Livramento, sobretudo durante (e logo após) a emergência da pandemia da Covid-19. Para isso, foi utilizada uma abordagem mista de métodos, quantitativos e qualitativos, que tiveram como objetivo a construção de um enfoque mais abrangente e denso que permitisse uma compreensão mais holística dos fenômenos observados.

O texto está dividido, para além desta introdução, em 8 (oito) tópicos. Os primeiros 4 (quatro) tópicos são dedicados à apresentação sistemática da pesquisa, trazendo a “Justificativa”, os “Objetivos”, a “Revisão de Literatura” e a pormenorização da “Metodologia” utilizada durante o estudo. Após isso, no quinto tópico, são apresentados os “Resultados Quantitativos”, detalhando os dados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos mais objetivos de aferição, e na sequência, no sexto tópico, nos “Resultados Qualitativos” são descritas e desenvolvidas as informações construídas durante as entrevistas semi-estruturadas e as visitas de campo realizadas. Por fim, no sétimo e no oitavo tópicos, o texto se concentra em desenvolver a “Discussão” desses resultados, à luz de outras literaturas, e as “Considerações Finais”, respectivamente.

## 1 JUSTIFICATIVA

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento está localizada no igarapé do Tarumã-Mirim, no médio Rio Negro, à sua margem direita, a cerca de 7 quilômetros (mais ou menos 30 minutos de barco) da cidade de Manaus/AM e o deslocamento para a comunidade é feito apenas por via fluvial, em canoas ou barcos (partindo do Porto da Marina do Davi), não havendo acessos por vias terrestres. A sua fundação, segundo Nascimento (2007), ocorreu em 05 de agosto de 1973 por um grupo de trabalhadores ligados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) como formalização de uma reivindicação de posse (comunidade de posseiros).

Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2012), até 2010 a população residente era igual a 386 pessoas e, segundo Lira (2014), os moradores da comunidade vivem basicamente da renda advinda da agricultura familiar (pequenos roçados e criação de pequenos animais), apicultura, pesca e artesanato, sendo que todas essas atividades são rigorosamente controladas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), já que a comunidade se encontra dentro da área de zoneamento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé. Para o contexto atual, essas obtidas pelo estudo de Lira (2014) sofreram algumas alterações, conforme ficará claro ao longo do texto.

Estudos realizados por Garcia (2014), Mariosa, Camilo e Silva (2015) e Mariosa e Camilo (2018), têm relacionado contradições advindas da necessidade de “preservação ambiental” da área (visto a condição de reserva ambiental) e do quanto algumas das ações para a manutenção da preservação acabam impactando, de modo desfavorável, o acesso das comunidades que compõem a RDS do Tupé (dentre as quais a comunidade de comunidade de Nossa Senhora do Livramento) a serviços sociais básicos. Segundo Mariosa, Camilo e Silva (2015, p. 240), por exemplo, “a RDS do Tupé, mesmo estando próxima geograficamente de Manaus, não desfrutaria de condições adequadas de acesso a serviços, equipamentos e direitos básicos de cidadania (...). Também Lira (2014), ao entrevistar uma moradora da comunidade, obteve a seguinte resposta quando perguntado sobre as vantagens e desvantagens de morar no local:

“(...) se não fosse pelas dificuldades seria melhor, a falta de tratamento da água, a escola não supre todas as necessidades da comunidade, o posto de saúde não é suficiente (...)” (LIRA, 2014. p. 91).

No que se refere ao saneamento básico, de acordo com Lira (2014), a comunidade não possui tratamento de água potável, sendo que a água utilizada é, ou a de poço artesiano (para



as poucas famílias que possuem) ou a água do próprio igarapé. Também não há rede de esgoto, sendo utilizadas fossas ou latrinas. Há coleta de lixo, realizada uma vez por semana (quando não há necessidade de conserto ou manutenção da balsa) e o fornecimento de energia elétrica, embora exista desde o ano de 2011, não atinge todas as residências da comunidade.

Ainda segundo Lira (2014), a utilização de recursos naturais (apenas nas áreas em que são permitidas pela RDS) estão vinculados exclusivamente às necessidades de subsistência das famílias, não sendo possível o extrativismo, vegetal ou animal, para comercialização. A preservação da biodiversidade é prioridade, restringindo quase todas as atividades econômicas dos moradores, que tiveram que adequar seu modo de vida às limitações legais desde a criação da Reserva, como, por exemplo, o turismo ecológico.

No ano de 2020, quando a cidade de Manaus foi notícia em todo o país pela alta taxa de infecção e de óbitos pela pandemia do coronavírus, a comunidade de comunidade de Nossa Senhora do Livramento, dado o seu isolamento “natural”, também foi notícia, uma vez que não registrou casos de contaminação. Se de um lado a falta de casos de contaminação é positiva, por outro também ilustra o quanto, de fato, a comunidade parece estar isolada do acesso a bens e serviços sociais básicos.

Ainda sobre a pandemia do Covid-19, diversos estudos têm demonstrado o quanto a mesma representa mais que uma crise sanitária, mas também social e econômica, criando uma tríade de agravos que se retroalimenta (Lima *et al*, 2020; Werneck *et al*, 2020; Melo e Cabral, 2020). Neste ínterim, os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional tem sido medidos e a sua alta tem sido sentida a partir de diversos aspectos: 1) de um lado, alta nos preços dos alimentos (que, por sua vez, dependem dos preços dos fretes, do combustível e mesmo da produção) e baixa do poder aquisitivo e de consumo das famílias (dado as altas nos números de desempregados); e 2), de outro lado, o impulsionamento da oferta de produtos industrializados e ultraprocessados, provocando o fenômeno relatado pela literatura especializada como “fome oculta” (Souza *et al*, 2021; Santos *et al*, 2021). Desde modo, a insegurança alimentar emerge como um componente crítico dessa tríade de crises promovidas pela pandemia, merecendo atenção especial em estudos focados em contextos específicos.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento, com suas características únicas, proporciona um cenário vital para a investigação desse fenômeno. Neste local, a insegurança alimentar não é apenas um reflexo das mudanças macroeconômicas e das políticas de saúde pública, mas também das peculiaridades locais. Outrossim, a lacuna no conhecimento atual sobre a insegurança alimentar em comunidades ribeirinhas durante a pandemia da Covid-19 é notável, especialmente em regiões como a Amazônia. A comunidade de Nossa Senhora do

Livramento, por suas características únicas, torna-se um estudo de caso fundamental para preencher esse vazio. Enquanto estudos anteriores focaram em cenários urbanos ou comunidades rurais de maior acesso, pouca (ou insuficiente) atenção tem sido dada a comunidades com características tão singulares, como é o caso de comunidade de Nossa Senhora do Livramento.

Voltando à emergência da pandemia da Covid-19, até antes da realização deste estudo a mesma parecia ter atuado como um catalisador de problemas preexistentes na comunidade, intensificando desafios já enfrentados em relação à insegurança alimentar, já que a mesma parecia não apenas ter afetado o acesso direto a alimentos, devido a restrições logísticas e econômicas, mas também exacerbado as dificuldades impostas pelas políticas de preservação ambiental e de dificuldades logísticas. Deste modo, tomando-se a realidade estrutural da comunidade, sua localização em área de reserva ambiental, o agravamento da pandemia, que exigiu medidas de isolamento social (para além do geográfico), tornou inviável as visitas de turistas (sendo o ecoturismo como alternativa viável de reprodução material e financeira da comunidade), o que comprometeu significativamente a renda da comunidade. E mesmo as políticas emergenciais de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial, parece não ter sido suficiente para prevenir a situação de insegurança alimentar.

Sendo assim, justifica-se a realização de um estudo que busque a caracterização da situação social e de acesso a alimentos de qualidade e quantidade suficientes diante das necessidades de saúde e de vida dessa comunidade ribeirinha, tendo em vista a sua localização em uma reserva de desenvolvimento sustentável. Ao entender essas dinâmicas, este estudo contribui para o desenvolvimento de modelos de intervenção mais eficazes, que possam auxiliar comunidades semelhantes a gerenciar crises futuras de maneira mais sustentável e autônoma.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo deste estudo foi o de avaliar o quadro geral de insegurança alimentar e nutricional e sua relação com aspectos sociais e de enfrentamento da Covid-19 na comunidade de Nossa Senhora do Livramento no município de Manaus/AM.

## **2.2 Objetivos específicos**

1. Identificar o perfil da qualidade do consumo de alimentos consumidos pela população;
2. Verificar a ocorrência de insegurança alimentar na comunidade ribeirinha de Livramento/Manaus-AM;
3. Compreender as estratégias utilizadas perante as dificuldades enfrentadas na alimentação.

## **3 REVISÃO DE LITERATURA**

### **3.1 A Insegurança Alimentar no Brasil**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser entendida como o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometimento do acesso de outras necessidades essenciais, a partir de bases práticas que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Santos et al, 2018). Em contrapartida, a violação desse direito conduz a uma situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), caracterizada pela falta de acesso ao alimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, o enfrentamento da fome se tornou uma questão de ordem relevante em todas as agendas políticas do mundo, o que passou a mobilizar a elaboração de estratégias diversas para o seu combate (Barros, 2003). No bojo da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada, também, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação<sup>1</sup>), que, desde então, tem protagonizado esforços nesse sentido, até, finalmente em 1990, o Direito à Alimentação ser elencado no rol da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

---

<sup>1</sup>*Food and Agriculture Organization of United Nations.*

No Brasil, desde a década de 1930, a questão da fome tem sido alvo de estudos e, já na década de 1940, é possível identificar ações governamentais, ainda que direcionados a grupos sociais específicos, que tinham a questão da fome e do acesso ao alimento como motivadores (Barros 2003; Tartaglia, 2003) políticos, sendo o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) a primeira execução política que coloca o Estado como protagonista na busca por uma resolução dos problemas da fome.

No ano de 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) como uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, mas até aquele momento, as ações desenvolvidas ainda eram bastante tímidas, limitando-se em estimular pesquisas de apoio e assessoramento do governo na elaboração de estratégias de promoção da Alimentação. Deste ponto até o final da década de 1980, diversos e diferentes “programas” representaram, na prática, as formas principais de execução da política nacional de alimentação e nutrição (Araújo, 2002).

Contudo, o início da década de 1990 marcou uma mudança nos rumos da política social do estado brasileiro, assim como nos programas de alimentação e nutrição. O Governo Collor trouxe irregularidades administrativas e ocorreu um desmonte do aparato do estado responsável pela execução das ações sociais. Os recursos destinados à área social escassearam e, conseqüentemente, os resultados dos programas foram seriamente prejudicados (Silva, 2014).

No cenário nacional, a ideia de busca por uma “segurança alimentar” só terá início, de fato, a partir do Governo Itamar Franco. Com a publicação do estudo “Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1986-1990, foi constatado que o país possuía cerca de 31 milhões de indigentes e 61 milhões de pobres (Peliano, 1993). A partir de tais dados, a Presidência da República organizou um Plano de Combate à Fome e à Miséria (embora os mesmos não tenham sido colocados em prática) elencando uma série de prioridades que deveria ser seguida por todos os ministérios, o que também serviu de base para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma série de programas prioritários (como o Programa Comunidade Solidária e o Bolsa Alimentação) foram elaborados formando o que, na época ficou conhecido como “Agenda Básica”, que consistia em organizar e instrumentalizar os ministérios para o desenvolvimento de ações ligadas, dentre outras coisas, à redução da mortalidade infantil, ao combate às carências nutricionais, à

melhoria das condições de alimentação, ao apoio ao desenvolvimento pré-escolar, ao fortalecimento da agricultura familiar, à geração de emprego e renda e à melhoria das condições de habitação e saneamento (Madeira, 2014).

Em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) como vinculada ao Ministério da Saúde, de modo a, dentre outros pontos, desenvolver a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, assim como o estímulo às ações intersetoriais que propiciassem o acesso universal aos alimentos. O caráter “intersetorial” do documento elencava as responsabilidades de União, Estados e Municípios, assim como das distintas esferas do aparato administrativo (ministérios) (Brasil, 2013).

A despeito desse esforço, o Governo FHC não conseguiu obter grandes avanços em termos de efetivação de uma proposta de segurança alimentar, muito embora o controle inflacionário tenha propiciado a estabilidade dos preços dos alimentos, o que acabou por atenuar as variações que comprometiam a renda e o acesso a alimentos pelas camadas mais pobres da população (Madeira, 2014).

Tendo como base uma nova publicação do PNAD (1999) e um estudo de 2001, desenvolvido pelo Instituto Cidadania (2001) revelou que as causas da fome no Brasil não seriam conjunturais, mas sim estruturais, e estariam ligadas ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país: o problema da fome não era a falta de disponibilidade de alimentos, mas o acesso aos mesmos.

Buscando compreender melhor esse tema, o PNAD de 2004 incluiu, pela primeira vez, um indicador de segurança alimentar e nutricional, com a finalidade de gerar informações específicas e estatísticas oficiais sobre o mesmo, e em 2006 a segurança alimentar torna-se lei no país através da aprovação da Lei 11.346, que cria a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Nesse mesmo ano, também foi aprovada a Lei 11.326, que ficou conhecida como “Lei da Agricultura Familiar” e, em 2009, da Lei 11.947 que amplia o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a toda a rede pública de educação básica, inclusive a públicos especiais e tradicionais, e obriga os gestores a empregarem um mínimo de 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Em 2010, a Emenda Constitucional 64/2010, incluiu a “alimentação” no rol dos direitos sociais e, nesse mesmo ano o Decreto 7.272 regulou a Losan, consolidando a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como uma política de estado e estabelecendo

os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

O primeiro PLANSAN foi aprovado para os anos 2012/2015, organizando um total de 330 metas, 43 objetivos e 8 diretrizes, reunindo organizações governamentais e organismos voltados à produção, ao fortalecimento da agricultura familiar, ao abastecimento alimentar e à promoção da alimentação saudável e adequada. O resultado deste esforço foi consolidado ainda em 2014 quando a FAO divulgou, em seu relatório anual “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, o qual colocou o Brasil fora do Mapa da Fome mundial.

Todavia, desde o ano de 2016, com o início do Governo Temer, as políticas sociais com impacto na renda, na pobreza e na SAN começaram a perder fôlego, tendo como ponto crucial para isso a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos. Foram desmontados, desde então, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos, diversos programas de incentivo à agricultura familiar, o Programa Água para Todos, além da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2019, o Governo Bolsonaro extinguiu o CONSEA, o que acabou por desarticular as políticas de SAN. Um novo formato de gestão, baseado na austeridade fiscal teve como consequência um aprofundamento da situação de pobreza e de vulnerabilidade social.

Neste cenário, o ano de 2020 inicia com a decretação do estado de calamidade sanitária, em nível global, com a Pandemia do Covid-19. A crescente taxa de desemprego, o aumento da desigualdade social e a consequente redução do poder de compra das famílias, bem como a alta nos preços dos alimentos tiveram como consequência, neste cenário, uma retração significativa do consumo alimentar, sobretudo de alimentos nutricionalmente saudáveis (Brinkman *et al*, 2010; CEPAL, 2018). Em seu lugar, foi observado uma proporcional alta no consumo de alimentos ultraprocessados (dado o fácil acesso e o baixo custo), agravando a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), o que tem sido associado a uma situação de “fome oculta<sup>2</sup>” (Galindo, *et al*, 2021).

Até o ano de 2018, segundo dados do PNAD, a ISAN no país havia crescido a uma taxa de 8,0% ao ano. A partir do Governo Bolsonaro, a aceleração foi ainda mais intensa

---

<sup>2</sup> A síndrome da fome oculta é definida, segundo a organização mundial da saúde, como a carência de determinados nutrientes no organismo, uma deficiência de micronutrientes, como vitaminas e minerais, que são essenciais para o organismo. Essa condição é desenvolvida, principalmente, por um desequilíbrio na alimentação derivado pela não variação de alimentos na rotina alimentar.

(VigiSAN) e o aumento da fome chegou ao índice de 27,6%. Em dois anos, o quantitativo de pessoas em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões.

A maior disponibilidade de acesso a alimentos industrializados favorece o aumento do consumo de gorduras, carboidratos e proteínas, em contrapartida ao menor consumo de micronutrientes presentes em frutas, verduras e vegetais (Sidor, 2020). O álcool também está associado a sensação de bem-estar imediata, o que pode justificar o aumento do seu consumo durante esse período de isolamento (Scarmozzino, 2020). Os traços de alimentação desbalanceada apresentados são fatores de risco à saúde, especialmente em um período em que o sistema imunológico pode precisar reagir (Di Renzo, 2020).

O isolamento social traz implicações na redução da prática de atividades que promovem maior gasto energético, além de gerar diferentes modificações dietéticas, o que possibilita efeitos subsequentes na saúde cardiometabólica. Associado a isso, a ingestão alimentar é gerida por diversos fatores que são susceptíveis, que também estão associados a exacerbação de distúrbios alimentares (King, 2020). Efeitos profundos na saúde mental e física também são relatados como efeitos da pandemia. Os comportamentos de transtorno alimentar provavelmente serão agravados por meio de várias vias, principalmente entre os grupos vulneráveis (pessoas com distúrbios de imagem corporal e preocupações alimentares) (Rodgers, 2020).

### **3.2 A Insegurança Alimentar no Amazonas**

Estruturalmente, não haveria razão para a fome no Brasil, já que o país possui cerca de 152 milhões de hectares de terras agricultáveis (Notícias Agrícolas, 2009), o que equivale a cinco vezes o tamanho da Itália. Se somarmos todos os cereais produzidos em um único dia e dividirmos esse número pelo de pessoas no país, cada uma receberia mais de três quilos de cereais/dia. A produção de arroz também é expressiva, com 11 milhões de toneladas, o que daria meio quilo por dia por família. No entanto, de acordo com o segundo Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), o país enfrenta uma grave crise de insegurança alimentar, com 58,7% da população (125 milhões de pessoas) vivendo em situação de insegurança e 15,5% (33 milhões) passando fome (Rede PENSSAN, 2022). Ao olhar para a região Norte do país, é possível observar que a

mesma é a mais submetida à insegurança alimentar, com 71,6% da população enfrentando dificuldades para ter acesso a alimentos suficientes, superando significativamente a média nacional. Ao comparar com outras regiões, observa-se que a situação ainda é mais grave na região Norte, onde 25,7% das famílias sofrem com a fome, enquanto no Sul esse número é de 9,9% (Aguilera; Colerato e Prestes, 2022). Mas então, quais as causas desse cenário? Quais fatores determinaram (ou provocaram) essa situação? E, especificamente no Amazonas, como explicar os alarmantes dados de insuficiência de acesso a alimentos em quantidade e em qualidade?

Algumas questões podem colaborar para o cenário supracitado. A Amazônia é uma região que se destaca pela sua biodiversidade e variedade de recursos naturais, incluindo uma grande quantidade de frutas e peixes (Alencar; Yuyama e Marinho, 2016). No entanto, apesar dessa abundância de alimentos, é uma região que apresenta um panorama social e econômico que contrasta com tal riqueza de biodiversidade, e como visto acima, enfrenta graves problemas de insegurança alimentar, o que contribui para a precariedade no quadro de saúde e nutrição da população. De acordo com o estudo da Rede PENSSAN (2022), a região Norte, é aquela que concentra o segmento de menor renda do país, e ao mesmo tempo apresenta o maior percentual de famílias em situação de fome no Brasil, sendo que, de toda a população brasileira, daquelas com restrição muito grave de alimentos em seu cotidiano, cerca de 26% moram em lares da região Norte. Ainda, no que tange ao estado do Amazonas, em 2021, este apresentava 50,8% da população considerada pobre e uma taxa de desemprego de 15,4%, a terceira maior da Amazônia Legal (Amazônia Legal em Dados, 2021)

Além disso pode-se citar questões logísticas e estruturais, a falta de acesso a mercados e ao crédito para os pequenos agricultores, as desigualdades sociais e econômicas e a pulverizada dependência da produção local para sua subsistência. Contudo, os últimos anos revelaram que as principais causas, já que estão diretamente ligadas à resolução de todas as demais, são, ou a falta ou o atual desmonte de políticas públicas que visem à promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional (Santos *et al*, 2021).

Pode-se citar também as alterações climáticas e a devastação ambiental. As mudanças climáticas podem afetar a produção de alimentos de diversas formas, como aumento de secas, inundações, mudanças na distribuição de chuvas e na qualidade do solo. Como exemplo poderíamos citar a influência dos ecossistemas amazônicos na cadeia de produção alimentar, o que, segundo Noronha (2003), são determinantes na disponibilidade e qualidade dos alimentos produzidos na região. Contudo, esses ecossistemas apresentam características próprias e comportamentos diferenciados no que se refere à participação dos seus



constituintes na cadeia de produção alimentar. A floresta de terra firme, por exemplo, possui alta temperatura, pluviosidade e radiação solar, mas também possui solo de baixa fertilidade, o que implica em maior gasto de reserva energética pelas plantas para se proteger de insetos herbívoros e outros organismos patogênicos. Isso leva a um espaçamento maior entre as florações e, conseqüentemente, à diminuição da produção de frutos e da capacidade de oferta de alimentos para humanos e outros animais (Alencar, Yuyama e Marinho, 2016).

Além disso, a digestão hidrolítica dos restos vegetais na floresta de terra firme é intermediada por animais, como formigas, que aceleram a decomposição, mas também contribuem para a diminuição da quantidade de nutrientes disponíveis para a produção de alimentos. Já a floresta de várzea, por sua vez, embora possua um solo mais fértil e de menor pluviosidade, o que leva a uma maior capacidade de produção de frutos e de oferta de alimentos, também está sujeita a inundações periódicas, o que afeta negativamente essa produção (Alencar, Yuyama e Marinho, 2016).

A soberania alimentar é uma forma de garantir que os povos tenham o direito de produzir, preparar e consumir alimentos de acordo com seus saberes e práticas tradicionais, bem como a agroecologia. É uma forma de resistência contra a padronização dos modos de produção e consumo de alimentos impostos pelo mercado e pelo poder econômico (Silva, 2020). Durante a pandemia de Covid-19, entretanto, a agricultura familiar sofreu diretamente os efeitos da crise econômica e do desmonte de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor rural, sendo que em todo o Brasil, cerca de 38% desses domicílios apresentavam formas moderadas ou graves de insegurança alimentar. Contudo, a região Norte foi a mais preocupante, com 54,6% desses domicílios enfrentando formas graves de insegurança alimentar e apenas 20,1% com acesso pleno a alimentos (Rede PENSSAN, 2022).

Ao olhar ainda mais de perto o cenário amazônico, e em especial para o estado do Amazonas, nota-se que a insegurança alimentar é um problema grave e persistente, que tem raízes profundas e complexas, o que torna difícil vislumbrar soluções únicas e efetivamente eficazes. Por outro lado, também é preciso estar atento ao fato de que os últimos anos têm sido marcados por um desmonte de políticas públicas que também afetaram significativamente o cenário de insegurança alimentar. Os cortes de verbas destinados a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (IPEA, 2021), que visam garantir o acesso a alimentos de qualidade para a população mais vulnerável, tiveram impactos diretos na oferta de alimentos, sobretudo às famílias mais vulneráveis da região, tendo em vista que o estado do Amazonas é um dos estados mais dependentes desses programas. Além disso, também contribuem para a

criação de um "mercado de fome" no qual o povo se torna refém do consumo de produtos industrializados, processados e ultraprocessados, de baixíssima qualidade nutricional, mas que, por serem mais baratos e duráveis, acabam sendo as únicas alternativas de consumo de uma população que vê a sua renda e o seu poder de compra cada vez menores (Kuhn; Schmitt e Fassina, 2021).

Destarte, o que se percebe é que a fome no Brasil, e em especial na região Norte, e mais especificamente no estado do Amazonas, é uma situação grave e complexa, que não pode ser explicada pela simples questão da produção de alimentos. Mas que é resultado de uma série de fatores de sobrevivência, incluindo alterações climáticas, devastação ambiental, concentração de renda, desigualdade social e ingerência de políticas públicas eficazes de segurança alimentar e nutricional. E essa situação se tornou ainda mais complexa durante e a partir da vigência da pandemia da Covid-19, que desamparadas pelo desmonte das políticas que deveriam facilitar o acesso à soberania alimentar, essa população se viu encolhida de sua renda e de seu poder de compra.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo de Estudo**

Partindo das formulações conceituais elaboradas por Gil (2008), a presente pesquisa está estruturada como estudo de caso, fundamentando-se em uma abordagem mista que integra de maneira sistemática tanto de métodos quantitativos (exploratório e descritivo), quanto qualitativos (roteiro de entrevista semiestruturada). Este enfoque permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, combinando a profundidade dos dados qualitativos com a generalização proporcionada pelos quantitativos. Yin (2015) argumenta que estudos de caso são particularmente eficazes para investigações em profundidade de contextos complexos. O autor também destaca que estudos de caso podem ser configurados de diversas maneiras, dependendo do foco da pesquisa. Eles podem abordar o fenômeno de forma unitária, oferecendo uma visão global, ou podem ser delineados a partir de perspectivas espaciais e temporais específicas. No caso desta pesquisa, optou-se por um estudo de caso 'localizado espacialmente', centrando a análise na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, em Manaus, Amazonas. Além disso, o estudo é contextualizado dentro de um

período definido, o qual tem como marco inicial a emergência da pandemia da COVID-19, proporcionando um foco temporal claro que delimita o escopo da investigação.

Do ponto de vista quantitativo, conforme Gil (2008), os estudos exploratórios e descritivos visam proporcionar uma maior familiaridade com um problema, tornando-o mais explícito e possibilitando o aprimoramento de ideias. Estes estudos, caracterizados pela sua flexibilidade, permitem a consideração de diversos aspectos, especialmente quando envolvem entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas com o problema pesquisado. Isso facilita o redirecionamento metodológico à medida que se aprofunda a compreensão do fenômeno. Em contraste, os estudos descritivos, embora frequentemente associados à identificação de associações entre variáveis, oferecem uma contribuição adicional. Eles não só elucidam as relações existentes, mas também proporcionam uma visão detalhada e quantificada dos fenômenos observados, permitindo uma análise mais concreta e específica. Neste sentido, os métodos quantitativos (exploratórios e descritivos), foram empregados aqui para mapear a prevalência e os padrões da insegurança alimentar na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, utilizando três instrumentos simultâneos de averiguação, quais sejam: o Questionário Socioeconômico, o Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), cujos usos serão melhor detalhados a frente.

Por outro lado, do ponto de vista qualitativo, a pesquisa se beneficiou significativamente do uso de entrevistas semiestruturadas. Este método, conforme discutido por Denzin e Lincoln (2017) e Minayo (2006; 2012), é fundamental na captura das nuances e da complexidade das experiências humanas, oferecendo flexibilidade e permitindo aos participantes expressarem suas percepções e experiências de maneira mais aberta e profunda do que seria possível com métodos estritamente quantitativos, o que se mostrou particularmente valioso na exploração de temas como o acesso a alimentos e a sensação de segurança ou insegurança durante a emergência da pandemia da COVID-19. Da mesma forma, o exame dessas informações, levantadas qualitativamente, a partir de técnicas como a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), permitiu a categorização e interpretação sistemática das informações verbais, transformando narrativas complexas e detalhadas em dados analisáveis. Mais a frente o método de Bardin também será melhor explicitado.

## 4.2 Cenário da Pesquisa

O cenário do estudo ora apresentado possui duas caracterizações, como dito acima: 1) uma espacial e 2) outra temporal.

Quanto à caracterização espacial, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento, está situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, às margens do Rio Negro e do igarapé Taporã-Mirim, há cerca de 7 km do município de Manaus-AM. Esta localização é caracterizada por uma paisagem de floresta tropical, várzeas e igarapés, o que determina aspectos significativos relacionados à logística de produção e abastecimento da comunidade. O acesso à mesma é realizado exclusivamente por meio de barcos que partem de Manaus e levam cerca de trinta a quarenta minutos para o tráfego. Contudo, apesar da pouca distância, ainda assim este acesso impõe distintos desafios para aos seus habitantes, assim como impôs para a coleta de dados.

A estrutura física da comunidade inclui casas, de madeira e de alvenaria, uma escola municipal, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), algumas igrejas e a associação comunitária, além de ramais (estradas vicinais), áreas de plantações privadas e áreas de reserva (a maior porção) pertencentes à RDS. A comunidade está dividida em 4 lotes, sendo que a população residente está concentrada nos lotes 1 e 2, com pequena população dispersa nos lotes 3 e 4.

Figura 1 - Localização da comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023

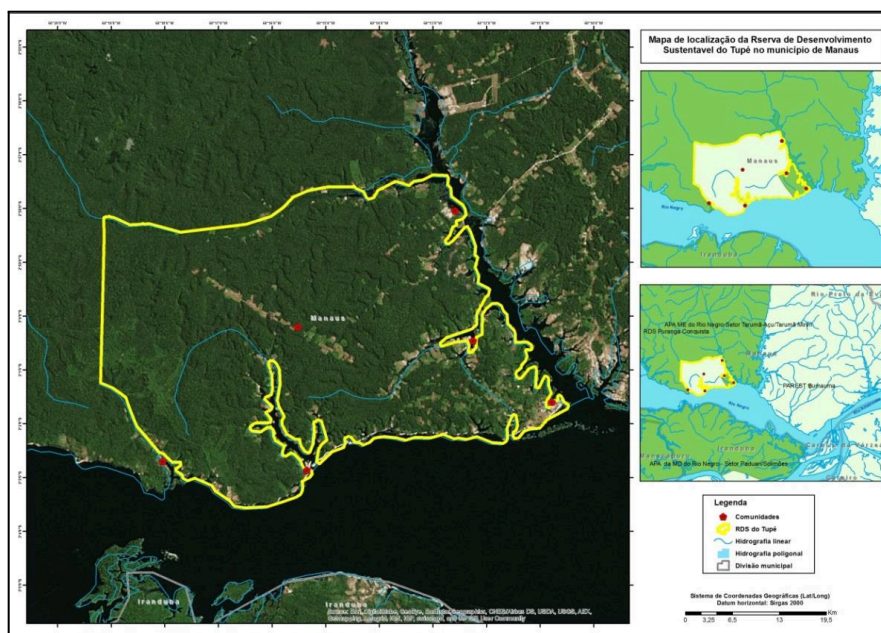
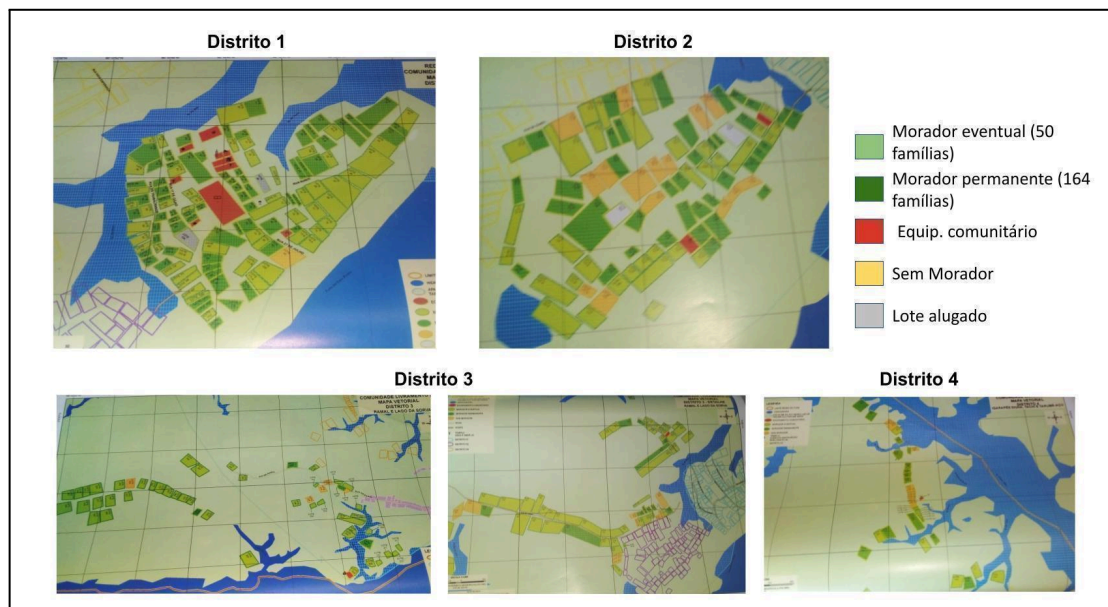


Figura 2 - Divisão em Distritos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023



Fonte (Dona Francisca - Arquivo Pessoal, 2022)

Já a caracterização temporal foi delimitada tendo como marco de tempo inicial a emergência da pandemia da COVID-19. Esse recorte se justifica pelo fato de que, de um modo geral, a pandemia, conjugada aos desafios logísticos característicos das especificidades espaciais da comunidade, intensificou o modo como os habitantes precisaram lidar com o abastecimento de alimentos e produção. Os períodos de isolamento e/ou distanciamento social tiveram bastante impacto sobre os modos como a comunidade precisou se organizar, tanto internamente quanto em seu contato com a cidade de Manaus, o que, na época de emergência, gerou inclusive matérias jornalísticas de circulação regional (Bentes, 2021; Equipes cruzam os rios da Amazônia, 2020). Sendo assim, esta delimitação temporal permitiu analisar as mudanças, as percepções e as estratégias de adaptações dos residentes.

### 4.3 População

A população da comunidade, até a realização do Censo Demográfico do ano de 2010 (IBGE, 2010) estava totalizada em 386 habitantes<sup>3</sup>, sendo parte dessa população composta por indígenas (os dados referentes pormenorizados do Censo 2022 ainda não foram liberados).

Inicialmente a proposta de estudo era a de distribuir as amostras de entrevistas por todos os lotes da comunidade. Entretanto, somente iniciada a pesquisa é que foi possível descobrir que a maior parte dos residentes encontram-se aglomerados nos lotes 1 e 2, sendo que no Lote 1 encontra-se a maior porção de residentes, além da maior parte dos recursos infra estruturais da comunidade, como a escola, a UBS e os mercadinhos. No Lote 2 também há uma parcela bastante grande de residentes, contudo uma parte significativa destes são indígenas, os quais não compõem o público-alvo deste estudo devido a questões epistemológicas e ético-burocráticas. Já nos lotes 3 e 4 a quantidade de residentes é bastante baixa, além de as residências serem muito dispersas. A composição desses lotes é dada, em sua maior parte, por ramais, plantações e áreas de reserva.

A princípio, a fim de delimitação da população a ser estudada, foram considerados todos os domicílios da comunidade, dos quatro lotes, como aptos de serem visitados e os familiares dos mesmos (um por domicílio) entrevistados. A pesquisa inicialmente considerou a técnica Bola de Neve (*Snowball*) para amostragem, adequada para populações sem lista de membros e de difícil acesso, como descrito por Salganik e Heckathorn (2004). Entretanto, para aprimorar a representatividade e reduzir vieses, optou-se pelo método de Amostra Dirigida pelo Entrevistado (em inglês, *Respondent-Driven Sampling*). Este modelo, sistematizado por Heckathorn (1997) está fundamentado na teoria de cadeias de Markov e teoria das redes viesadas, e, conforme Brignol (2013), combina a abordagem Bola de Neve com um modelo matemático para ponderar a amostra, o que se faz a partir da elaboração de critérios rígidos e previamente definidos para a definição da população aplicável. Definidos os critérios, a construção da amostra é iniciada com a seleção cuidadosa de “indivíduos sementes”, que são fundamentais para alcançar a diversidade da população-alvo. De acordo com Snijders (1992), na maioria dos casos, as “sementes” costumam ser as pessoas mais acessíveis aos pesquisadores. O fato de o recrutamento ser feito através da indicação de pessoas que também são membros da população torna o processo facilitado, já que passa a

---

<sup>3</sup> Base de informações (sinopse) por setores censitários. A comunidade de Nossa Senhora do Livramento está identificada como setor censitário de número 130260305000023.

envolver uma relação de confiança que não existiria com um pesquisador desconhecido fazendo, ele próprio, a abordagem (Brignol, 2013). Estes indivíduos, por meio de suas redes de contato, indicam outros participantes, criando uma cadeia de recrutamento eficaz e menos tendenciosa. Outra vantagem para este modelo de aplicação amostral é que, embora o rigor das regras de definição, o modelo ainda fornece espaço para a criatividade do pesquisador em resolver problemas específicos e pontuais do seu estudo em campo (Sadler *et al.*, 2010).

Esta opção se deu porque quando foi iniciada a incursão de campo não se sabia o número atual de famílias residentes (haja visto que os dados, por setor censitário, do Censo Demográfico de 2022, ainda não foram disponibilizados e os dados da associação encontram-se bastante defasados e incompletos), não havendo uma base para cálculo da população e erro amostral. Neste sentido, e tendo em mente os critérios de inclusão e de exclusão para a definição das pessoas aptas para a coleta de dados, os participantes foram selecionados dentre aqueles que residiam na sede da comunidade e se enquadram nestes critérios e, em seguida, as famílias inicialmente participantes (sementes) foram requisitadas a indicar outras famílias que pudessem ter disponibilidade para participar do estudo.

#### **4.3.1 Critérios de Inclusão**

Foram considerados aptos para a coleta de dados:

- Homens e mulheres adultos não indígenas (maiores de 18 anos);
- Residentes permanentes na comunidade há mais de 1 ano.

#### **4.3.2 Critérios de Exclusão**

Foram considerados inaptos para a coleta de dados:

- Aqueles que não se sentirem confortáveis para responder aos questionários por qualquer motivo.
- Homens e mulheres adultos não indígenas (maiores de 18 anos) que tenham algum problema cognitivo que impeça responder ao questionário e/ou entrevista.

#### 4.4 Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta foram aplicados, todos, a apenas 1 (um) residente de cada domicílio da amostra. O tempo médio de aplicação dos questionários foi de 40 minutos, sem contar os deslocamentos entre uma residência e outra. Em cada visita de campo à comunidade foram realizadas uma média de 6 entrevistas. Ao todo foram realizadas 29 entrevistas, contudo uma das entrevistas precisou ser descartada após o entrevistado interrompê-la e desistir da participação no estudo quando já haviam sido aplicados os instrumentos quantitativos. Desse modo, foram considerados válidos 28 entrevistas. Essas 28 famílias participantes do estudo abrangem um total de 95 pessoas. Desse modo, se considerado que a população da comunidade, segundo o último censo estatístico do IBGE contabilizou 386 pessoas, a pesquisa conseguiu abarcar cerca de 24,6% de todos os residentes. Isto sem considerar que parte desta população é composta de pessoas indígenas que não contemplaram o público-alvo do estudo.

Foram utilizados 4 (quatro) instrumentos de coleta de dados, divididos em dois grupos de análise (quantitativo e qualitativo), a saber:

##### 4.4.1 Quantitativos

- Formulário Socioeconômico (FSE) (Graciano, 2010) composto por 18 questões divididos em 05 partes; (Anexo I):
  - a. a primeira parte se refere a identificação do responsável pelas informações;
  - b. a segunda parte se refere ao número de pessoas da família que residem no domicílio;
  - c. a terceira parte se refere à renda mensal familiar;
  - d. a quarta parte se refere à escolaridade dos responsáveis pela renda familiar;
  - e. a quinta parte se refere a infraestrutura da habitação/domicílio;
- Questionário de Frequência Alimentar (QFA) (Gama *et al*, 2022) composto de 22 questões (Anexo II);



- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Segall-Correa, 2009) composta de 14 itens (Anexo III).

Dos instrumentos acima mencionados, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) possui validação padronizada (Segall-Correa, 2009).

O Formulário Socioeconômico (FSE) foi elaborado a partir do questionário socioeconômico de Graciano, 2010, o qual foi adaptado, onde os pontos por ele abordados foram detalhados para responder aos objetivos deste estudo. O mesmo foi aplicado com o objetivo de traçar o perfil descritivo das famílias residentes. A partir desse questionário, além dos recortes descritivos, tais como idade, gênero, estado civil, lote (a comunidade é dividida em distintos lotes de ocupação), escolaridade, renda familiar, se recebe auxílios financeiros governamentais, e situações gerais da residência, também foram questionados elementos quanto aos vínculos dos respondentes junto à própria comunidade. Neste sentido, os mesmos foram perguntados sobre terem ou não nascidos na comunidade, tempo de residência na mesma e motivos para se mudarem para lá, e se, para aqueles com algum grau de escolaridade, realizaram esses estudos na comunidade. Outras questões também fizeram parte deste instrumento de pesquisa, com as quais tentou-se compreender os números de pessoas coabitando cada residência e o recorte de idade das mesmas. Por fim, foi optado pelo seguinte recorte: 1 (um) questionário por residência/família, considerando todas as pessoas residentes em uma mesma casa como uma única família, já que compartilham as mesmas infraestruturas físicas e de acesso à alimentação.

Já o Questionário de Frequência Alimentar (QFA) foi o mesmo utilizado por Gama *et al* (2022) em estudo sobre os padrões de consumo alimentar de comunidades ribeirinhas no Médio Solimões. Segundo o autor, este QFA foi elaborado especificamente para um estudo transversal que compôs parte do inquérito populacional de saúde intitulado “Saúde, Medicamentos e Automedicação em Ribeirinhos do Amazonas (SAMARA)”, realizado na zona rural do município de Coari, Amazonas, região do médio rio Solimões, entre os meses de abril e julho de 2015. O QFA não passou por validação prévia, contudo o SAMARA foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (protocolo 33560914.0.0000.5392). Os dados produzidos a partir da aplicação desse instrumento deram origem ao artigo “Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões - Amazonas - Brasil” (Gama *et al*, 2022), publicado pela revista *Ciência & Saúde Coletiva* da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em 2022.

O Questionário de Frequência Alimentar (QFA) é uma ferramenta amplamente utilizada em estudos epidemiológicos para avaliar o consumo alimentar de populações. Esse instrumento permite estimar a ingestão habitual de alimentos e nutrientes em períodos específicos, geralmente nos últimos meses ou ano (Fisberg et al., 2005; Fisberg et al., 2008). A escolha desse QFA se deu pela adaptabilidade do mesmo à realidade de consumo alimentar da população-alvo do presente estudo. De acordo com Pedraza e Menezes (2015), há muito pouca disponibilidade de questionários de frequência alimentar validados no Brasil, e os que existem são adaptados para populações muito específicas. Outro motivo para a escolha do QFA como método de avaliação dietética em pesquisas se dá por sua capacidade de captar a variabilidade do consumo alimentar, sendo menos oneroso e mais fácil de ser aplicado em grandes populações em comparação a outros métodos (Molina et al., 2013). A importância do QFA reside não apenas em sua aplicabilidade prática, mas também na relevância dos dados coletados para a compreensão dos padrões alimentares e sua relação com doenças crônicas não transmissíveis.

O QFA elaborado por Gama e colaboradores (2022), embora não tenha passado por validação prévia à sua aplicação, compõe o dorso de um estudo rigoroso que, por sua vez, é parte de um inquérito populacional específico da população-alvo (ribeirinhos amazonenses), o qual tem produzido dados e publicações em revistas reconhecidas nacionalmente.

A frequência de consumo foi categorizada nas seguintes opções: "Todos os dias", "4 a 5 vezes por semana", "2 a 3 vezes por semana", "1 vez por semana", "1 vez por mês", "Nunca ou quase nunca".

Por último (dentre os instrumentos quantitativos), a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é um instrumento utilizado para avaliar a insegurança alimentar em diferentes contextos e grupos populacionais no Brasil. Segundo Silva et al. (2022), a EBIA foi adotada no Brasil após estudos de validação realizados desde 2003, que envolveram pesquisadores de diversos estados do país. A escala tem como objetivo medir a percepção e a vivência de acesso aos alimentos, focando na condição econômica das famílias. A EBIA contempla o estudo de variáveis que comprometem o respeito ao direito humano à alimentação e a provisão de alimentos. Ao longo dos anos, a EBIA tem demonstrado sua íntima relação com a condição social dos grupos estudados, especialmente em relação a indicadores de renda e educação.

A Escala classifica os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. A insegurança alimentar leve refere-se à preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos

alimentos no futuro, a insegurança alimentar moderada está relacionada à restrição quantitativa de alimentos entre os adultos, e a insegurança alimentar grave indica que além da restrição quantitativa de alimentos entre os adultos, as crianças também têm seu consumo de alimentos reduzido, podendo chegar à experiência de fome (Sperandio et al., 2018). É importante destacar que a EBIA não abrange todas as dimensões da segurança alimentar e nutricional, mas tem produzido resultados validados em diferentes contextos, incluindo análises por renda, área de domicílio e regiões do país (Voci et al., 2015).

#### 4.4.2 Qualitativos

- Questionário Semi-Estruturado composto de 15 questões dividido em 02 partes , sendo a primeira respondida pela Presidente da Associação e a segunda respondida pelos moradores da comunidade (Anexo IV):
  - a. a primeira parte possui perguntas mais amplas com vista a compreender “os desafios de morar em uma área de Unidade de Conservação: trabalho, emprego, produção, renda, logística”; e
  - b. a segunda parte possui questões mais pontuais e subjetivas para os moradores, se referindo “às principais dificuldades percebidas pelos moradores da comunidade durante as fases mais críticas da pandemia da Covid-19”.

O questionário semi-estruturado foi realizado em forma de entrevista. Os arquivos de voz foram salvos com títulos de numeração, a fim de não identificação do participante. Os arquivos foram transcritos e estas transcrições também foram arquivadas para consulta e análise.

Deste modo, além dos questionários socioeconômico, de frequência alimentar (QFA) e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foi conduzida, pela pesquisadora, entrevista semiestruturada (Anexo IV), que teve como objetivo central questionar os moradores da comunidade quanto existência ou não, e os graus de dificuldades percebidas pelos mesmos durante a emergência da Pandemia da Covid-19.

As entrevistas foram gravadas apenas em áudio, após o consentimento dos entrevistados. Apenas um entrevistado não permitiu a realização da gravação, de modo que as informações obtidas por essa entrevista não puderam ser categorizadas.

Após a realização e gravação das entrevistas, os áudios foram transcritos individualmente. As transcrições foram armazenadas em documentos de tipo .doc, e numeradas e organizadas em pastas digitais. As informações pessoais dos entrevistados, que por ventura foram captadas pelos áudios, foram apagadas e/ou substituídas por códigos, por exemplo os seus nomes, que foram substituídos por uma enumeração padronizada: Entrevistado 01, Entrevistado 02, Entrevistado 03 e assim por diante.

#### **4.5 Análise de dados Quantitativos**

Para análise dos questionários quantitativos, os mesmos foram tabulados em planilha Excel (Microsoft Office 2016) e analisados descritivamente por meio de frequências absolutas, percentuais e médias, utilizando-se os *softwares* livres *R* e *RStudio*.

#### **4.6 Análise de dados Qualitativos**

A análise qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender e interpretar os significados e as nuances presentes nos dados coletados, especialmente quando se trata de discursos, narrativas e textos (Minayo, 2012; Minayo, 2010). No contexto da pesquisa em questão, que se concentra nas experiências das famílias residentes da comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento, a análise qualitativa se mostra essencial para desvendar as complexidades e particularidades das vivências desses indivíduos, especialmente no que tange ao acesso à alimentação durante a pandemia.

Por sua vez, dentro da perspectiva qualitativa, várias técnicas de pesquisa têm se mostrado viáveis, a depender do foco que se pretende e das disposições e tipos de informações que serão verificadas. Neste íterim, a análise de conteúdo é uma destas técnicas de pesquisa, comumente utilizada para interpretar o conteúdo de dados textuais de maneira

sistemática e objetiva (Souza, 2020). Esta técnica permite aos pesquisadores identificarem padrões específicos ou características das informações, transformando-as em dados que podem ser categorizados e, então, analisadas (Mozzato e Grzybovski, 2011). Ao se debruçar sobre os dados textuais, os pesquisadores buscam compreender os temas, ideias e conceitos emergentes, proporcionando uma visão mais profunda e contextualizada das experiências e percepções dos participantes (Minayo, 2010).

Dentre as propostas metodológicas de análise de conteúdo, o Método de Bardin, especificamente, é uma abordagem estruturada que envolve várias etapas, desde o que se chama “pré-análise”, passando pela “exploração do material”, até a “interpretação dos resultados” (Souza, 2010; Caregnato e Mutti, 2006). Durante a pré-análise, os pesquisadores realizam uma leitura flutuante dos dados, definindo os objetivos e as hipóteses da análise. Na fase de exploração do material, os dados são codificados e categorizados, permitindo que os pesquisadores identifiquem temas e padrões emergentes. Finalmente, na fase de interpretação, os resultados são analisados à luz do contexto mais amplo da pesquisa, relacionando-os com a literatura existente e as teorias relevantes (Souza, 2010).

Para a pesquisa em questão, a aplicação do Método de Bardin permitiu uma análise aprofundada das entrevistas realizadas com as famílias da comunidade de Nossa Senhora do Livramento. Ao seguir este método, o que se esperou foi a identificação dos principais desafios e estratégias adotadas pelas famílias em relação ao acesso à alimentação durante a pandemia, bem como a compreensão das nuances e particularidades de suas experiências.

#### **4.6.1 Pré-Análise**

De acordo com os pressupostos de Bardin (2011), a fase de pré-análise exige que sistematicamente sejam cumpridas as seguintes sub-etapas: a) leitura flutuante; b) escolha dos documentos, que por sua vez deve ser pautada por quatro regras, quais sejam i) regra de exaustividade, ii) regra da representatividade, iii) regra da homogeneidade, e iv) regra da pertinência; c) formulação de hipóteses e objetivos; d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores; e a e) preparação do material.

Seguindo, portanto, esse passo-a-passo, para a leitura flutuante, todas as transcrições das entrevistas foram minuciosamente lidas, individualmente, buscando-se uma apropriação geral daqueles que parecem ser elementos particulares e muito subjetivos de cada entrevista e

daqueles elementos comuns em todas ou em mais de uma. Bardin (2011) chama esse processo de “flutuante” porque, segundo ele, a atividade tem por objetivo o estabelecimento de um contato que permita, em suas palavras, “a invasão de impressões e orientações (...) [bem como] a projeção de teorias adaptadas sobre o material” (p. 96). Em outras palavras, permite ao analista um contato direto aos conteúdos que serão analisados de modo que este possa, projetar teorias e outras orientações metodológicas que lhe pareçam úteis ao que ele está encontrando.

Já para a escolha dos documentos, Bardin (2011) traz uma orientação genérica sobre os tipos de documentos que podem ou não ser elegíveis de serem analisados, o que é verificado tomando-se como pressupostos as regras acima mencionadas. Para o caso específico da pesquisa ora em tela, foram analisados todos os documentos de transcrição, com exceção da entrevista que não pode ser transcrita já que o entrevistado não permitiu que a mesma fosse gravada.

Para a etapa de referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores, de cada transcrição, foram destacados elementos (temas comuns e categorias, bem como recortes de trechos ilustrativos), os quais foram também organizados de modo a permitir uma visualização geral dos discursos construídos pelos entrevistados. Para isso, foi utilizado o software *Taguette*, versão 1.3.0, que permitiu o upload individual de cada entrevista, bem como agilizou o desmembramento de cada em texto em várias “unidades” (temas e categorias) que, na medida em que cada entrevista foi lida e analisadas estas mesmas unidades puderam ser ou acrescentadas de mais informações ou desmembradas, mais uma vez, em subunidades, o que ao final permitiu uma visualização geral e sistematizada de todos os elementos discursivos no total de entrevistas.

Por fim, e como última etapa da pré-análise, a preparação do material se deu organizando as informações construídas com auxílio do software *Taguetti* em uma planilha que permitiu um acesso mais viável às mesmas informações, inclusive podendo as mesmas serem contabilizadas e reportadas. Para isso, foi utilizada uma planilha do excel com links de acesso direto aos documentos de transcrições para cada trecho ou tema destacado no documento e respectivamente organizado na planilha.

#### 4.6.2 Exploração do Material

Conforme destacado por Bardin (2011, p. 101),

“Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efectuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

Desde modo, cada tema, categoria e demais elementos encontrados em cada uma das entrevistas realizadas, uma vez destacados e vinculados categoricamente (com auxílio do *Taguetti*), e uma vez organizados em planilha, foram um a um relidos, contudo buscando administrar as possíveis conexões, tanto entre as entrevistas, em si, quanto entre entrevistas e demais dados obtidos a partir dos demais instrumentos de coleta. Neste sentido, por exemplo, informações discorridas nas entrevistas sobre percepções subjetivas quanto ao acesso a alimentos, renda, transporte etc., puderam ser confrontadas com dados gerais obtidos, por exemplo, através do questionário socioeconômico ou da EBIA e do QFA. Deste exercício, foram construídos códigos de vínculo e códigos de consistência (ou inconsistência) que por fim foram interpretadas.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Resultados Quantitativos

#### 5.1.1 Considerações Iniciais

Como dito anteriormente, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento está dividida em 4 lotes, os quais são numerados de 1 a 4. Destes, os lotes 1 e 2 concentram a maior densidade demográfica da comunidade, sendo os lotes 3 e 4 menos densos, com as poucas

residências bastante dispersas e mais distantes da sede da comunidade. Neste sentido, os lotes 1 e 2 formam a porção mais “urbanizada” da comunidade, com residências mais próximas e uma quantidade de residências bastante maior que nos demais lotes.

No lote 1 fica a sede da comunidade, onde encontram-se a maioria dos equipamentos sociais como escola<sup>4</sup>, UBS, associação e mercadinho e rádio comunitária. O lote 2 pode ser acessado a partir do lote 1 caminhando por uma ponte. Neste lote há uma comunidade indígena, mas também residem comunitários não indígenas (enquadráveis aos critérios do estudo). Algumas residências estão bastante próximas umas das outras, enquanto outras estão mais dispersas pelo lote.

A pesquisa ora apresentada se concentrou apenas nos lotes 1 (57,14%) e 2 (39,29%), tendo sido aplicado apenas 1 questionário no lote 3 e 0 questionários no lote 4.

Inicialmente foi tentada coleta de dados nos lotes 3 e 4, contudo, diversos imponderáveis tornaram essa coleta inviável. Destes, os principais motivos foram os seguintes:

- 1) Somente no decorrer da pesquisa é que foi descoberto pelos pesquisadores que o lote 3, na realidade, é um “ramal”, ou seja, é constituído em sua maior porção, por áreas de plantação, com pouquíssimas residências dispersas entre si, que ainda assim havia a intenção de serem visitadas;
- 2) O lote 4, por ser mais afastado, foi deixado por último, já que, além da distância e da dispersão entre as residências, a visita ao mesmo dependeria da existência de um guia, inclusive porque a maior parte do trajeto deveria ser realizada por meio de veículos flutuantes (rabetá ou canoa).
- 3) Durante o período de coleta de dados, dois imponderáveis se fizeram presentes, o que obrigou o encurtamento do tempo viável de trabalho de campo:
  - a) No mês de outubro de 2023 a comunidade de Nossa Senhora do Livramento foi, em grande proporção, acometida por um surto epidêmico de malária. Vários moradores adoeceram. Tal imponderável, além de tornar arriscado a continuação da incursão de campo, também inviabilizou o andamento da coleta de dados porque, mesmo que tal risco fosse contornado por medidas sanitárias de prevenção, os moradores, ainda seria inviável a realização de entrevistas tendo em vista que o público-alvo, os moradores, estavam indispostos uma vez que, ou estavam doentes ou necessitavam dar atenção a familiares doentes;

---

<sup>4</sup> Há, na comunidade, uma única escola que oferece apenas o Ensino Fundamental.



- b) Além do surto de malária, a baixa do rio, bem como dos igarapés que possibilitaram o acesso a diversas residências, também tornou inviável, logisticamente, a continuidade prolongada da coleta de informações.

Neste sentido, foi dada preferência, inicial, à coleta nos lotes 1 e 2 uma vez que estes formam as áreas mais populosas da comunidade. Entretanto, ainda durante as coletas nos lotes 1 e 2 foi relatado, pelos moradores, questões de segurança que tornaram as visitas aos lotes 3 e 4 arriscadas. Segundo os moradores, algumas pessoas estariam roubando madeira na região, o que tornava a mobilidade por algumas áreas inseguras. Somado a isso, ainda, o período de seca na região foi iniciado de forma muito rápida, o que tornou o acesso aos lotes 3 e 4 inviáveis do ponto de vista de mobilidade. Por último, entre os meses de agosto e setembro de 2023, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento sofreu uma epidemia de malária. Diante disso, tanto o guia que havia sido conseguido para os deslocamentos aos respectivos lotes foi contaminado, o que o deixou bastante indisposto, quanto o próprio risco de contaminação por parte dos pesquisadores e a própria contaminação que acometeu os moradores tornou essas visitas impossíveis.

### **5.1.2 Condições Socioeconômica das Famílias**

Ao todo foram realizadas 28 entrevistas, sendo 1 entrevista por residência/família.

A média de idade dos entrevistados foi de 52,4 anos, sendo 51 anos a mediana com um desvio padrão igual a 14,3 anos. O entrevistado com menor idade possuía 22 anos e o de mais idade possuía 73 anos.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das idades, com a maioria dos participantes concentrados nas faixas dos 40 a 49 anos (28,6%) e 60 a 73 anos (39,3%) . Já o boxplot (Gráfico 2) indica que não houve valores discrepantes (outliers) nesta distribuição, mas apenas uma ligeira assimetria, já que a mediana, marcada dentro da caixa, está em 51 anos. Isso significa que 50% das idades estão entre 42,75 e 66 anos.

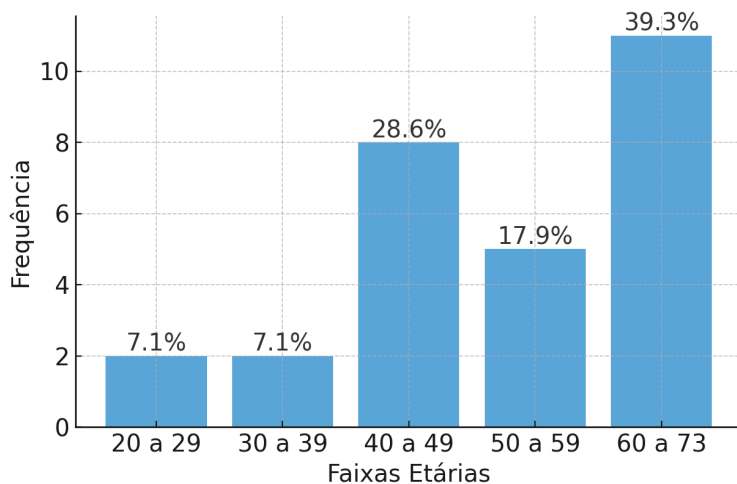


Gráfico 1 - Faixas Etárias dos Entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, 2023

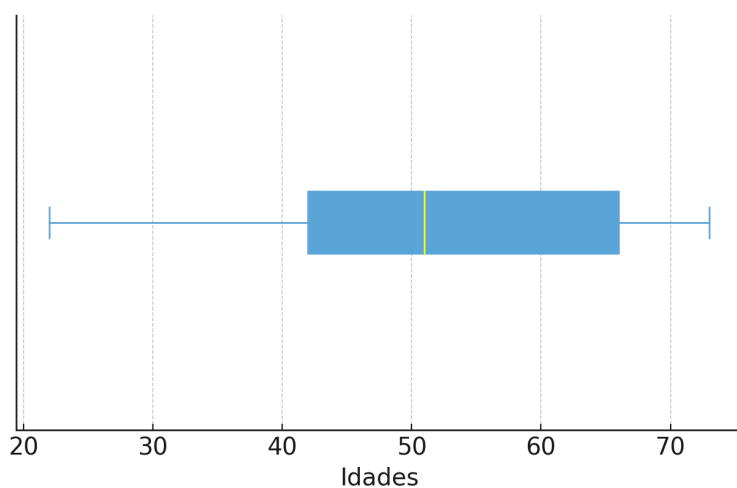


Gráfico 2 - Limite inferior e superior e mediana da idade dos participantes de acordo com a idade, Nossa Senhora de Livramento, 2023

As 28 famílias participantes do estudo abrangem um total de 95 pessoas, o que resultou em uma média de 3,4 pessoas por residência. Desse modo, se considerado que a população da comunidade, segundo o último censo estatístico do IBGE contabilizou 386 pessoas, a pesquisa conseguiu abarcar cerca de 24,6% de todos os residentes.

O Gráfico 3, abaixo, apresenta o perfil, por faixa etária, dos familiares residentes nas casas onde ocorreram as entrevistas:

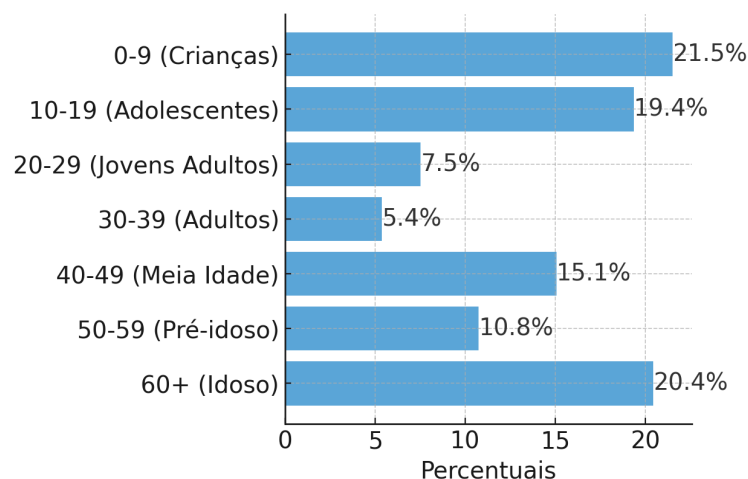


Gráfico 3 - Perfil etário dos familiares dos entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, 2023

Quanto ao gênero e ao estado civil, a maior parte dos respondentes eram do sexo feminino (64,29%) enquanto 35,71% eram do sexo masculino. Destes totais, 82,14% eram casados, 7,14% solteiros, 7,14% viúvos e 3,57% divorciados.

Ainda, foi observado que a imensa maioria dos entrevistados responderam não ter nascido na comunidade (89,29%), sendo que somente 3 entrevistados (10,71%) disseram ser naturais da mesma. Indagados, os não naturais, sobre o tempo em que residem na comunidade e os motivos para terem se mudado para a mesma, a maior proporção de entrevistados (32%) reside na comunidade há mais de 30 anos, seguida por um equilíbrio entre as faixas de 1 a 5 anos, 11 a 20 anos e 21 a 30 anos. A faixa etária de 6 a 10 anos tem a menor representação, com 8% dos entrevistados. Segue o gráfico de distribuição do tempo de residência:

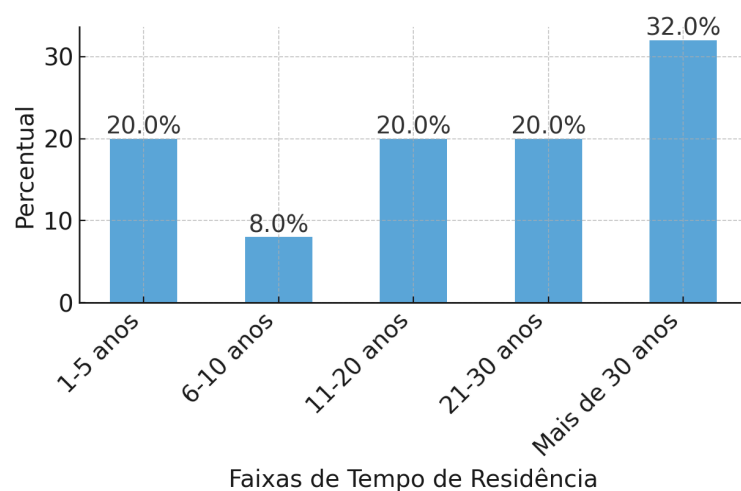


Gráfico 4 - Distribuição dos participantes em relação ao tempo de residência na comunidade, Nossa Senhora de Livramento, 2023

Quanto aos motivos para mudança para a comunidade, cada entrevistado forneceu uma razão distinta, resultando em 25 respostas diferentes (dentre 6 categorias). Essa alta variabilidade sugere que não há um fator dominante que tenha influenciado a decisão de se mudar para a comunidade. Dentre os motivos relatados há fatores de ordem tanto sociais, quanto econômicas ou pessoais que influenciaram as escolhas residenciais dos entrevistados, conforme descrito abaixo:

- Outros Motivos (10 respostas): Esta categoria agrupa uma variedade de respostas individuais que não se encaixam facilmente em outros temas. Alguns destes incluem apreciar a tranquilidade da comunidade, a falta de recursos em sua localização anterior, e a mudança para cuidar de propriedades familiares.
- Mudou com a Família (5 respostas): Um número significativo de entrevistados mudou-se para a comunidade acompanhando a família. Isso inclui pessoas que vieram com os pais, com o cônjuge, ou para viver com outros membros da família.
- Trabalho e Estudo (5 respostas): Outro motivo comum foi a busca por oportunidades de trabalho e estudo. Algumas pessoas se mudaram para trabalhar em negócios familiares ou para estudar.
- Visitou e Decidiu Ficar (2 respostas): Algumas pessoas visitaram a comunidade por lazer ou outros motivos e decidiram estabelecer residência após a visita.
- Proximidade com Manaus (2 respostas): A proximidade com Manaus foi citada como motivo para a mudança, possivelmente devido a benefícios logísticos ou de acesso a recursos.
- Motivos de Saúde e Segurança (1 resposta): Uma pessoa mencionou se mudar devido a preocupações com a segurança em sua localização anterior e por razões de saúde.

Sobre a renda familiar, além do questionamento sobre o valor bruto recebido por todas as pessoas que residiam na casa do entrevistado, foi realizado o cálculo em salários-mínimos, considerando o valor atual do salário mínimo que é igual a R\$1.320,00 (mil e trezentos e vinte reais). Sendo assim, a análise dos dados coletados revelou que a renda média das famílias é de aproximadamente 1,29 salários-mínimos, com um desvio padrão de 0,74.

Ao observar detalhadamente a distribuição da renda, notou-se que a mediana da renda é de 1 salário-mínimo, o que sugere que metade das famílias tem uma renda de até 1 salário mínimo, enquanto a outra metade ganha mais do que isso. Os Gráfico 5 e 6, abaixo demonstram que a maioria das famílias têm renda de até 1 salário mínimo (n=18; 64,3%),

sendo a segunda maior faixa de renda entre 1,5 e 2 salários-mínimos ( $n=6$ ; 21,4%) (Boxplot), com algumas famílias alcançando até 3 salários mínimos ( $n=2$ ; 7,1%).

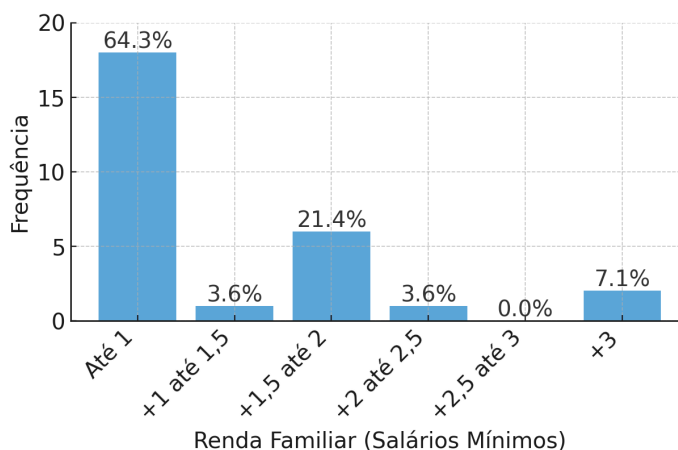


Gráfico 5 - Renda familiar (em salários mínimos) dos entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, 2023

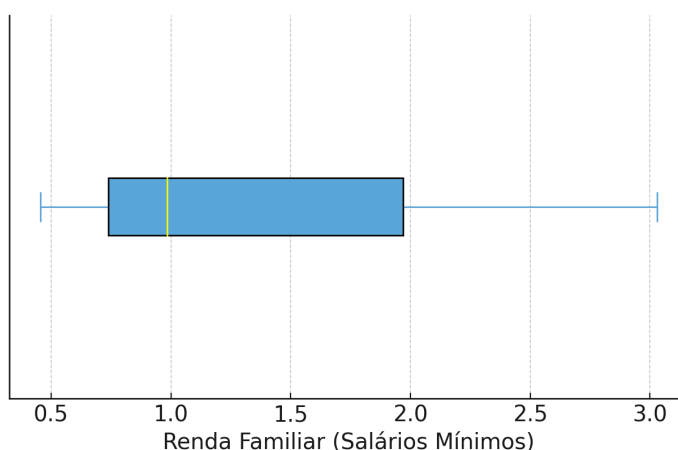


Gráfico 6 - Limite inferior e superior e mediana da renda familiar (em salários mínimos) dos entrevistados, Nossa Senhora de Livramento, 2023

Contudo, após a análise da renda familiar bruta, torna-se essencial avaliar a renda familiar em termos *per capita*, já que essa métrica é capaz de oferecer uma visão mais precisa do poder de compra e bem-estar individual dentro da unidade familiar. A renda familiar per capita média entre os indivíduos estudados é de 0,498 salários-mínimos. A variação dessa métrica é observada pelo desvio padrão de 0,342 salários-mínimos, indicando uma dispersão considerável nas rendas per capita. A mediana de 0,44 salários-mínimos sugere que metade dos indivíduos tem uma renda per capita de até esse valor.

Para fins de cálculo de renda, foi considerado como parte da renda bruta familiar os valores recebidos na forma de auxílios governamentais, como *Bolsa Família*, *Auxílio Brasil*,

*BPC, Seguro Defeso*, dentre outros. Quando questionados se eles (entrevistados) ou alguém da família recebe auxílios governamentais, 89,29% (25) responderam que sim e apenas 10,71% (3) não recebiam. Destes, a maioria dos entrevistados (56%) mencionou receber o "Auxílio Brasil", enquanto 28% indicaram receber algum outro tipo de auxílio não especificado. O "BPC" foi mencionado por 16% dos entrevistados. Importante destacar, aqui, que o "Auxílio Brasil" e o "Bolsa Família" são o mesmo auxílio, tendo o seu nome modificado a critério dos governos (durante a gestão do Presidente Jair Bolsonaro - 2018 a 2022 - o *Bolsa Família* foi substituído pelo *Auxílio Brasil*, o que foi um dos principais programas de transferência de renda durante a Pandemia do *Covid-19*. Já no início de 2023, com o início do Governo do Presidente Lula, o Bolsa Família voltou a nomear a política de transferência de renda).

Os demais dados socioeconômicos dizem respeito à situação das residências e respectiva infraestrutura e acessos. Quanto a isso, 96,43% dos entrevistados responderam que suas residências são próprias, enquanto 3,57% são cedidas. Não houve casos em que as residências são alugadas. Quanto à situação das paredes, 35,71% são apenas de madeira, 35,71% são misturados de tijolo e madeira e 28,57% são somente de tijolo. Sobre a cobertura, 67,86% são de fibrocimento, 28,57% são telhas metálicas e 3,57% são de barro (estilo colonial). O acesso à água, para 96,43% é por via de poço artesiano instalado na comunidade e 3,57% disseram pegar água diretamente do igarapé.

Já no tratamento dessa água, 82,14% disseram que a água é clorada, enquanto 10,71% responderam que a água não possui tratamento. Ainda, 3,57% disseram ferver a água antes do consumo e outros 3,57% disseram realizar outros tipos de tratamento. O esgotamento sanitário de 96,43% é por via de fossa séptica e 3,57% por esgotamento de rede. Por fim, 100% dos entrevistados responderam possuir energia elétrica em suas residências.

### **5.1.3 Questionário de Frequência Alimentar (QFA)**

O conjunto de dados produzidos nos fornece informações sobre o número de refeições diárias e a frequência semanal ou mensal com que vários alimentos são consumidos. Os alimentos listados pelo QFA estão elencados no Quadro 1. Para fins de análise, os alimentos acima listados foram distribuídos em grupos alimentares, conforme o esquema abaixo:

Quadro 1 - Grupos Alimentares (QFA)

<b>Grupo</b>	<b>Alimentos</b>
Laticínios	Leite
Alimentos Protéicos	Carne Vermelha (boi), Carne Vermelha (porco), Carne Vermelha (caça), Carne de Aves, Peixes, Ovos
Farinhas e Cereais	Arroz/Macarrão, Farinhas e Pães
Alimentos Leguminosos	Feijão, Legumes, Legumes Tubérculos
Alimentos Fibrosos	Verduras de Folhas, Frutas
Alimentos Amazônicos	Castanha, Açaí, Pupunha, Tucumã, Guaraná
Doces	Doces, Açúcar
Industrializados	Industrializados

A Tabela 1 condensa esses alimentos, a partir dos seus respectivos grupos alimentares.

Tabela 1 - Frequência de Consumo Alimentar na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil (2023)

<b>Alimentos</b>	<b>Todos os dias</b>	<b>4-5x semana</b>	<b>3-4x semana</b>	<b>1-2x semana</b>	<b>1x semana</b>	<b>1x mês</b>	<b>Nunca/quase nunca</b>
Carne Bovina	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	58,8%	41,2%
Carne Suína	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	13,6%	86,4%
Carne de Caça	0,0%	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	89,3%
Carne de Aves	71,4%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%
Peixes	66,7%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	19,0%	9,5%
Ovos	87,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	4,3%
Feijão	82,4%	5,9%	0,0%	0,0%	0,0%	11,8%	0,0%
Arroz/Macarrão	88,5%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	7,7%	0,0%
Farinhas e Pães	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Leite	61,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,5%	26,9%
Verduras de Folhas	17,4%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	26,1%	52,2%
Legumes	47,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,8%	28,6%
Legumes Tubérculos	7,4%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	21,1%	26,3%
Frutas	75,0%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%	16,7%
Pupunha	46,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	46,4%
Tucumã	65,4%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	26,9%
Guaraná	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%	96,4%
Castanha	45,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	50,0%
Açúcar	69,6%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	26,1%
Doces	9,1%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	77,3%
Industrializados	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	91,3%

Partindo para a análise da Tabela 1, é possível perceber que o alimento mais consumido entre os moradores da comunidade de Nossa Senhora do Livramento é "Farinhas e Pães", com

25 (89,29%) entrevistados indicando que consomem este alimento todos os dias, seguido por “Arroz/Macarrão” (82,14%), compondo justamente os alimentos do grupo Farinhas e Cereais. Dos alimentos do grupo Alimentos Proteicos, o único apontado, de modo significativo, como sendo consumido “Todos os dias” foi o “Ovo”, consumido por 71,43% dos entrevistados. “Carne de aves” apareceu em 53,57% e em “Peixes” em 50%, o que é surpreendente por se tratar de uma comunidade ribeirinha.

Contudo, quando analisados os consumos diários a partir dos grupos de alimentos, o que se percebe é que, no geral, os Alimentos Amazônicos foram relatados por um número maior de entrevistados como sendo alimentos que compõem suas refeições diárias, embora seja necessário frisar que à época da coleta de dados esses alimentos estavam disponíveis, dada suas sazonalidades.

Deste modo, ao expandir a análise para incluir uma variedade mais ampla de grupos alimentares, é possível observar que, enquanto alguns alimentos são consumidos com regularidade, outros, como carnes vermelhas e alimentos industrializados, são notavelmente ausentes ou escassos na dieta diária dos entrevistados.

#### **5.1.4 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Os dados coletados a partir da EBIA revelam uma preocupante realidade acerca da sensação de (in)segurança alimentar entre as famílias pesquisadas. De todas as famílias entrevistadas, apenas 21,43% (6 famílias) estão em uma situação de Segurança Alimentar, ou seja, têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; 25,00% (7 famílias) estão lidando com Insegurança Alimentar Leve, evidenciando um comprometimento na qualidade da alimentação, apesar de manterem a quantidade percebida como adequada, 25,00% (7 famílias) estão enfrentando Insegurança Alimentar Moderada, indicando que os adultos têm modificado seus padrões usuais de alimentação, com restrição quantitativa de alimentos. Os demais, 28,57% (8 famílias) encontram-se em uma situação de Insegurança Alimentar Grave, caracterizada pela quebra do padrão usual da alimentação, comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, podendo até mesmo envolver experiências de fome crônica. O gráfico 7 demonstra que a maioria das famílias entrevistadas (78,6%) enfrenta algum nível de insegurança alimentar, o que indica que as mesmas estão comprometendo a qualidade e/ou a



quantidade de alimentos consumidos. É alarmante notar que, entre essas, a maior porcentagem de famílias encontra-se na categoria de insegurança alimentar mais grave, onde todos os membros da família, incluindo crianças, podem estar sofrendo consequências severas decorrentes da falta de acesso adequado a alimentos.

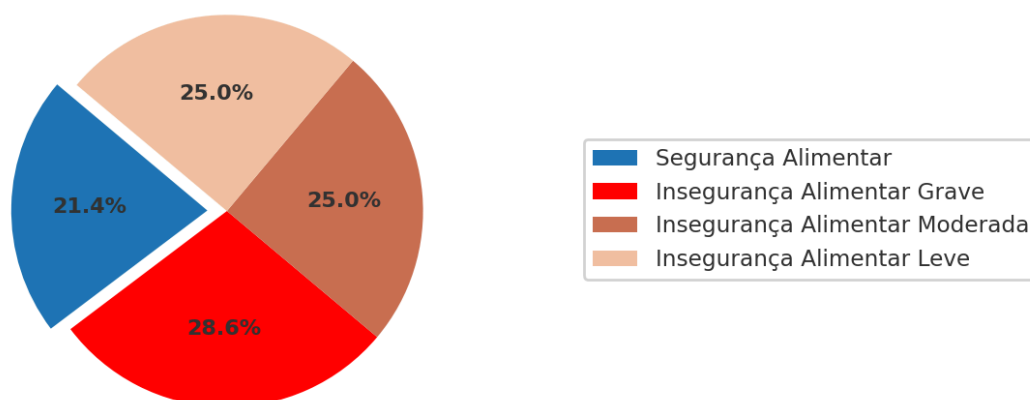


Gráfico 7 - Diagnóstico de (In)Segurança Alimentar, Nossa Senhora de Livramento, 2023

As famílias que se encontram em um estado de segurança alimentar apresentam, em média, uma renda familiar total de 1,77 salários-mínimos e uma renda per capita de 0,56 salários-mínimos. Por outro lado, famílias que enfrentam insegurança alimentar grave, o nível mais preocupante de insegurança alimentar, têm uma média de renda familiar total de apenas 0.91 salários mínimos e uma renda per capita de 0.37 salários mínimos. Esta categoria engloba famílias que enfrentam desafios severos no acesso a alimentos, com todos os membros, incluindo crianças, podendo passar por experiências de fome. As famílias classificadas com insegurança alimentar moderada possuem renda familiar total média de 1.14 salários mínimos e renda per capita de 0.43 salários mínimos.

Enquanto isso, aquelas com insegurança alimentar leve têm uma renda familiar total média de 1.47 salários mínimos, mas uma renda per capita mais alta de 0.66 salários mínimos, o que pode indicar que essas famílias são geralmente mais numerosas, diluindo a renda por membro, conforme descrito no gráfico abaixo:

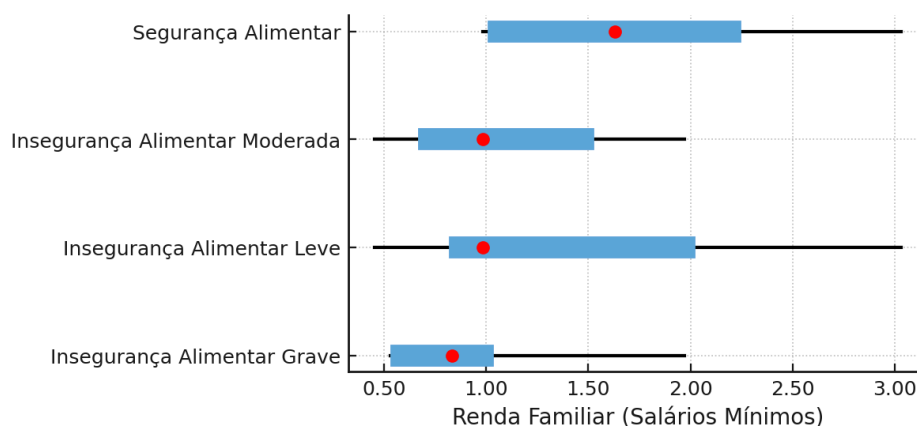


Gráfico 8 - Limites inferior e superior e mediana da distribuição da renda familiar total por nível de insegurança alimentar, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023

Nos níveis de Insegurança Alimentar Grave e Insegurança Alimentar Leve, todas as famílias entrevistadas (100% em ambas as categorias) estavam recebendo algum tipo de auxílio governamental. Na categoria de Insegurança Alimentar Moderada, 85,7% (6 famílias) recebem auxílio, enquanto apenas 14,3% (1 família) não o fazem. Algum tipo de auxílio também é recebido entre as famílias em Segurança Alimentar, 66,7% (4 famílias). Esses dados podem ser mais bem visualizados no gráfico abaixo:

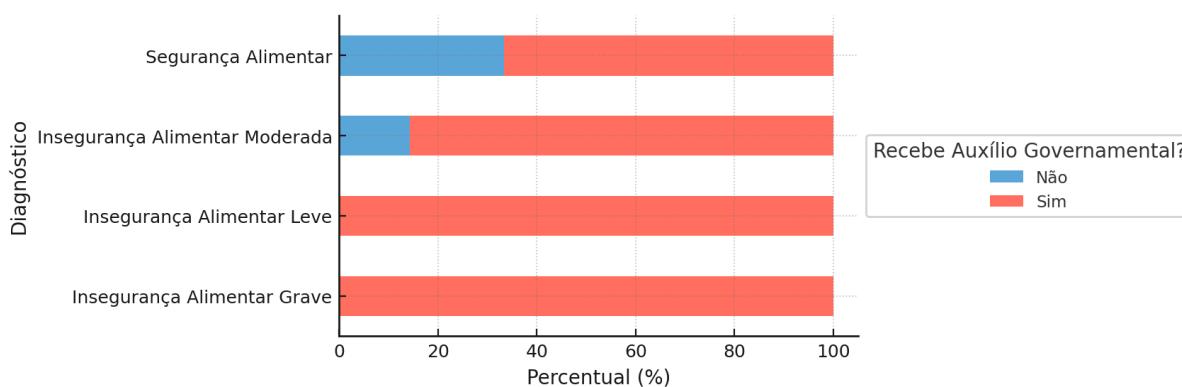


Gráfico 9 - Níveis de insegurança alimentar X recebimento de auxílios governamentais, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023

Outro conjunto de dados importantes e que cabe análise em relação à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar diz respeito à presença de crianças e adolescentes nos domicílios, o que emergiu de maneira notável. Dentre as famílias estudadas, no nível de Insegurança Alimentar Grave, observou-se que 75% das famílias afetadas possuem crianças ou adolescentes no domicílio. Esta tendência também foi observada no nível de Insegurança Alimentar Moderada, onde 71,4% das famílias possuem crianças ou adolescentes.

Por outro lado, no nível de Insegurança Alimentar Leve, a presença de crianças ou adolescentes é menos frequente, com apenas 28,6% das famílias afetadas tendo membros jovens. Vale ressaltar que, no nível de Segurança Alimentar, a distribuição é equitativa, com 50% das famílias possuindo e 50% não possuindo crianças ou adolescentes. O gráfico abaixo torna os dados melhor visualizados:

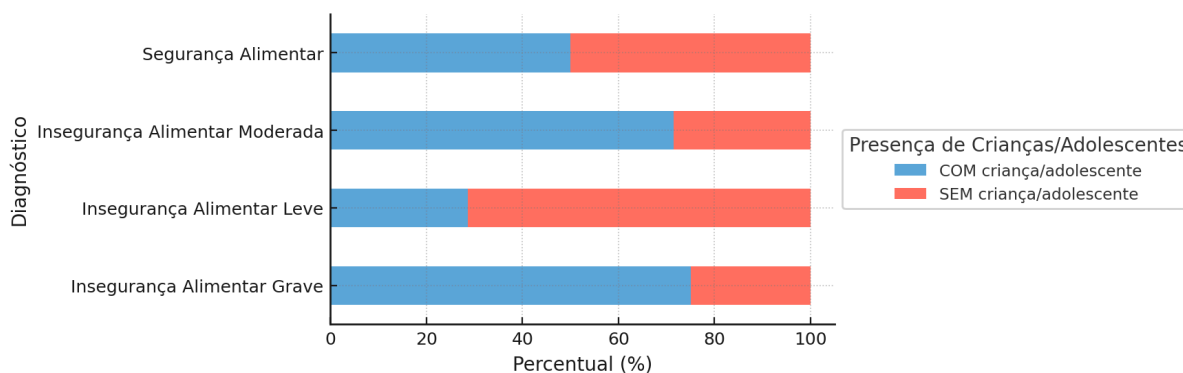


Gráfico 10 - Relação entre a presença de crianças/adolescentes e a insegurança alimentar, Nossa Senhora de Livramento, Manaus, Amazonas, Brasil, 2023

## 5.2 Resultados Qualitativos

A análise qualitativa que se segue está dividida em dois recortes distintos, quais sejam: 1) Códigos Temáticos; e 2) Experiências Etnográficas. Os Códigos Temáticos apresentam, de modo sistematizado, um condensado analítico a partir do que foi possível inferir das entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos participantes. Neste sentido, utilizando as técnicas de análise de conteúdo já explicitadas no capítulo de Metodologia, buscou-se traçar os principais eixos (temas) e elementos discursivos evocados pelos participantes em suas respostas e percepções durante as conversas de entrevistas realizadas. Já as Experiências Etnográficas trazem uma descrição subjetiva da pesquisadora (em primeira pessoa) em relação ao campo realizado, buscando descrever e interpretar elementos que não foram mensurados através de instrumentos sistematizados de coleta de informações, mas que constroem o pano de fundo a partir do qual as entrevistas se deram, inclusive ilustrando, com transcrições, discursos proferidos durante as entrevistas.



enfrentados em relação ao acesso a alimentos e outros recursos essenciais durante a pandemia da Covid-19. Ao todo, foram destacados 70 (setenta) trechos de respostas nos quais o código temático foi sinalizado. A partir destes, 5 (cinco) elementos discursivos<sup>5</sup> puderam ser categorizados, com 91 menções. São eles:

Quadro 3 - Elementos Discursivos (Desabastecimento)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Dependência de Manaus para Suprimentos	34	Em 34 trechos foi mencionada a dependência da cidade de Manaus, durante a crise sanitária, para a obtenção de alimentos e outros itens, com limitações na oferta local.
Impacto da Pandemia no Acesso a Alimentos	30	Em 30 trechos a pandemia foi apontada como principal elemento promotor do desabastecimento local e familiar.
Escassez de Recursos Essenciais	14	Os entrevistados relataram, em 14 trechos, a falta de itens básicos e desafios relacionados à aquisição de gás de cozinha e alimentos.
Apoio Comunitário e Externo	10	Em 10 trechos os entrevistados relacionaram o recebimento de ajuda de pessoas externas à comunidade como principal elemento para suprir o desabastecimento de suas despesas.
Estratégias de Sobrevivência	3	Em 3 trechos os entrevistados mencionam a necessidade de adoção de estratégias como racionamento de alimentos para lidar com a escassez.

O segundo Código Temático com maior frequência categorizado foi Fome e Insegurança Alimentar. Dentre todas as falas transcritas foram contabilizados 45 trechos, os quais podem ser subdivididos em 6 (seis) subtemas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Elementos Discursivos (Fome e Insegurança Alimentar)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Dependência de Auxílios Externos	12	Relatam a importância do apoio comunitário, cestas básicas e auxílios governamentais para garantir alimentação.
Apoio Comunitário	10	Enfatizam o papel da solidariedade e do suporte mútuo entre vizinhos e membros da comunidade para enfrentar a fome e a insegurança alimentar.
Racionamento de Alimentos	10	Mencionam a necessidade de limitar o consumo de alimentos para evitar a escassez, refletindo estratégias de gerenciamento de recursos limitados.
Experiências de Fome	8	Detalham situações explícitas de fome, em que indivíduos ou famílias enfrentaram a falta total de alimentos por longo período.
Estratégias de Sobrevivência	7	Falam sobre adaptações e estratégias adotadas para lidar com a escassez de alimentos, como a diversificação da dieta e o cultivo doméstico.
Redução da Qualidade da Alimentação	5	Discutem a substituição de alimentos de melhor qualidade por opções mais baratas, industrializadas e menos nutritivas

<sup>5</sup> Importante esclarecer que foram destacados 70 (setenta) trechos de respostas, mas que em cada um desses trechos mais de um elemento pode ter sido evocado. Deste modo, o número total de trechos não necessariamente é igual ao número de elementos discursivos.

O Preço dos Alimentos também foi um Código Temático categorizado, haja vista a elevada frequência com a qual o tema foi discursado pelos entrevistados. Ao todo foram contados 40 (quarenta) trechos subdivididos em 6 (seis) subtemas.

Quadro 5 - Elementos Discursivos (Preço dos Alimentos)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Aumento Geral dos Preços	14	Mencionam o aumento generalizado dos preços dos alimentos, refletindo o impacto direto na capacidade de compra e acesso a uma alimentação adequada.
Escolha por Alimentos Baratos	8	Relatam a substituição de alimentos de melhor qualidade por opções mais baratas devido ao aumento dos preços.
Comparação de Preços (comunidade x Manaus)	6	Discutem as diferenças de preços entre a comunidade e a cidade de Manaus, indicando desigualdades regionais e a necessidade de viagens para acessar preços melhores.
Racionamento de Compras	5	Relacionam o aumento dos preços de alimentos durante a pandemia à redução na quantidade de alimentos consumidos.
Diversidade Alimentar	4	Relacionam o preço dos alimentos (mais baratos) à limitação na variedade de alimentos consumidos.
Redução do Consumo de Proteínas	3	Enfatizam a redução do consumo de fontes de proteína como carne e frango.

O quarto Código Temático categorizado está relacionado à Produção Local. A análise dos 40 trechos relacionados a esse código revelou diversas questões relacionadas tanto à produção local quanto a suas implicações na renda e alimentação da comunidade. Esses trechos também foram subdivididos, gerando 5 (cinco) subtemas:

Quadro 6 - Elementos Discursivos (Produção Local)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Limitações na Produção Local	12	Mencionam desafios na produção local, como terrenos inadequados, falta de incentivo e regulamentações restritivas, afetando a capacidade de auto abastecimento e geração de renda.
Dependência de Manaus	10	Relacionam a insuficiência da produção local à dependência de Manaus, o que limitaria tanto a produção quanto o próprio escoamento do que é produzido na comunidade.
Produção para Consumo Próprio	8	Relatam a produção de alimentos para consumo próprio, mas sem capacidade de suprir todas as necessidades alimentares.
Projetos e Iniciativas Locais	5	Falam sobre projetos de produção local inacabados ou deficitários, como a casa de farinha e a piscicultura, além da falta de continuidade ou apoio para essas iniciativas.
Dificuldades no Acesso a Terra	5	Descrevem dificuldades no acesso à terra adequada para a produção, seja por questões de propriedade ou condições do solo ou por restrições ambientais.

O Mercado Local foi o quinto Código Temático categorizado dentre os discursos proferidos pelos entrevistados. Foram sinalizados 24 trechos, subdivididos em 4 subtemas:

Quadro 7 - Elementos Discursivos (Mercado Local)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Limitação do Mercado Local	17	Mencionam a indisponibilidade de alimentos e outros produtos básicos, como higiene, no mercado local, exigindo dependência de realização de compras em Manaus, o que teria se agravado durante a crise sanitária da Covid-19.
Alta dos Preços Locais	7	Discutem o alto custo dos alimentos no mercado local, agravada durante a pandemia.
Restrições Comerciais Durante a Pandemia	5	Descrevem como a pandemia da Covid-19 afetou o acesso a alimentos, seja por restrições de deslocamento, fechamento de comércios ou interrupção das cadeias de abastecimento.
Estratégias de Compra e Pagamento	4	Falam sobre estratégias adotadas para gerenciar o orçamento, como comprar a prazo ou comparar preços entre o mercado local e Manaus, buscando otimizar os recursos disponíveis.

Em relação à Renda, foram sinalizados 22 trechos de entrevistas. Destes, foi possível identificar 8 (oito) subtemas que destacam aspectos importantes sobre as condições econômicas e as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos entrevistados durante a pandemia:

Quadro 8 - Elementos Discursivos (Renda)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Descrição</b>
Economia Local	15	Múltiplas menções à economia local, incluindo venda e comércio dentro da comunidade, sublinham a importância dessas atividades na geração de renda e na sustentação econômica durante a pandemia.
Rede de Apoio	11	Vários trechos ressaltam a existência de uma rede de apoio comunitário, manifestada por meio de ajuda mútua e solidariedade, desempenhando um papel fundamental no enfrentamento das dificuldades econômicas durante a pandemia.
Desafios Econômicos	10	Outros trechos abordam desafios econômicos enfrentados pela comunidade, como dificuldades financeiras e aumento nos preços dos produtos, evidenciando as adversidades e o impacto negativo da pandemia na economia local.
Emprego Formal	6	As menções a empregos formais, como trabalhos em escolas e postos de saúde, indicam que essas oportunidades de trabalho representaram uma fonte significativa de renda para a comunidade durante a emergência sanitária.
Benefícios Governamentais	4	Menções a benefícios governamentais também dão destaque sobre esses auxílios como complemento à renda dos moradores, ajudando a mitigar os impactos econômicos da crise.
Ecoturismo	2	Discute como a pandemia da Covid-19 interrompeu ou reduziu significativamente o fluxo de ecoturismo, afetando uma importante fonte de renda para a comunidade.
Aposentadoria	1	Apenas em uma entrevista a aposentadoria foi citada de modo enfático.
Atividades Ilegais	1	Uma menção a atividades ilegais, como a extração de madeira, sugeriu a existência de práticas frequentes, dentre os moradores da comunidade, como sendo formas alternativas de obter renda diante das limitações econômicas impostas pela pandemia.

O próximo Código Temático categorizado diz respeito ao Apoio Comunitário e Externo recebido pelos moradores da comunidade durante a pandemia. A análise dos 22 trechos

relacionados a esse código temático revela 4 (quatro) subtemas sobre como diferentes formas de apoio ajudaram a comunidade a lidar com as dificuldades de acesso à alimentação. Essas informações foram condensadas no quadro a seguir:

Quadro 9 - Elementos Discursivos (Apoio Comunitário)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Apoio de Familiares e Vizinhos	8	Mencionam o apoio recebido de familiares e vizinhos, como o compartilhamento de alimentos e assistência em momentos de necessidade.
Doações e Campanhas Comunitárias	7	Discutem a realização de campanhas e a recepção de doações, como cestas básicas, de organizações ou indivíduos externos, que ajudaram a suprir a falta de alimentos na comunidade.
Apoio de Instituições Privadas	4	Relatam o apoio recebido de instituições privadas, como a entrega de cestas básicas ou outros recursos, contribuindo para amenizar as dificuldades alimentares enfrentadas.
Dificuldades Mesmo com Apoio	3	Descrevem situações em que, apesar do apoio recebido, ainda enfrentavam dificuldades para acessar alimentos suficientes ou de qualidade, evidenciando as limitações desses auxílios.

Já em relação ao Auxílio Governamental, foram identificados 15 trechos de entrevistas, e, dentre estes, 5 (cinco) subtemas:

Quadro 10 - Elementos Discursivos (Auxílio Governamental)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Solidariedade Comunitária	3	Os entrevistados relataram a prática de compartilhar recursos recebidos com aqueles em maior necessidade.
Desigualdades no Acesso a Auxílios	3	Observaram, também, desigualdades no acesso aos auxílios, com grupos indígenas recebendo mais benefícios, levantando questões de equidade nas políticas de assistência.
Insuficiência e Escassez	5	Relacionaram a escassez de alimentos básicos a insuficiência de apoio governamental durante a pandemia.
Distribuição de Mantimentos	2	Mencionaram a recepção de mantimentos, como cesta básica, enfatizando que embora tenha sido uma ajuda importante, ainda assim não foi suficiente dado que o mesmo não ocorreu de modo frequente e nem universal (para todos os moradores).
Desafios na Implementação de Projetos	2	Expressaram frustração com a falta de incentivos e apoio governamental para projetos de desenvolvimento local, destacando dificuldades burocráticas e financeiras.

Medo e Isolamento Social (9 trechos) durante a pandemia da Covid-19 foram categorias com frequência significativa nos enunciados discursivos dos entrevistados.



Quadro 11 - Elementos Discursivos (Medo e Isolamento Social)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Medo de Escassez de Alimentos	4	Discute o medo vivenciado pela comunidade em relação à possibilidade de escassez de alimentos, influenciando as decisões de compra e consumo.
Isolamento e Restrições de Movimento	3	Descreve como o isolamento social e as restrições de movimento impostas pela pandemia afetaram o acesso aos alimentos e a vida comunitária.
Influxo de Pessoas e Impacto na Comunidade	2	Menciona o aumento da população na comunidade devido à migração de pessoas de áreas urbanas, como Manaus, e o impacto subsequente na disponibilidade de alimentos.
Temor de Contaminação e Saúde Pública	2	Relata o medo de contaminação pela Covid-19, levando a uma relutância em viajar para áreas urbanas para comprar alimentos, afetando o abastecimento.
Impacto da Pandemia no Comércio Local	1	Discute como as restrições e o medo associados à pandemia afetaram o comércio local, incluindo a disponibilidade e variedade de produtos.

A Qualidade dos Alimentos também foi mencionada em algumas entrevistas, tendo sido contabilizados 7 (sete) trechos mais enfáticos. Nestes subtemas como a substituição de alimentos por alternativas mais baratas; ou o consumo mais frequente de produtos industrializados ultraprocessados; ou ainda a mudança de hábitos alimentares e risco à saúde, foram elementos discursivos utilizados pelos entrevistados, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 12 - Elementos Discursivos (Qualidade dos Alimentos)

<b>Elementos Discursivos</b>	<b>n</b>	<b>Explicação Detalhada</b>
Substituição por Alimentos mais Baratos	4	Discutem a substituição de alimentos de melhor qualidade por opções mais baratas devido, tanto a restrições financeiras quanto ao desabastecimento local.
Consumo de Alimentos Industrializados	1	Menciona o aumento no consumo de alimentos industrializados ultraprocessados, como salsicha e macarrão instantâneo.
Saúde	1	Discute a preocupação em relação à saúde das crianças em relação ao consumo de alimentos gordurosos e ultraprocessados.
Mudanças nos Hábitos Alimentares	1	Descreve mudanças forçadas nos hábitos alimentares durante a pandemia, incluindo, incluindo a restrição parcial ou total de macronutrientes importantes, como a proteína.

Um tema importante e que também mereceu ser categorizado diz respeito ao fato de a comunidade estar localizada em uma área de Reserva Ambiental (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Neste sentido, foram sinalizados 7 trechos, os quais também puderam ser divididos em subtemas - 4 (quatro) subtemas - que conectam as restrições ambientais à produção local, renda e insegurança alimentar, especialmente durante o período da pandemia da Covid-19.

Quadro 13 - Elementos Discursivos (Reserva Ambiental)

Elementos Discursivos	n	Explicação Detalhada
Restrições de Uso da Terra	3	Mencionam as proibições e limitações impostas pela reserva ambiental em relação ao uso da terra, como a proibições e burocracia que afetariam a capacidade de plantio e produção local.
Conflitos entre Conservação e Sustento	3	Descrevem o conflito entre as regras de conservação ambiental e a necessidade de sustento, incluindo atividades ilegais como a extração de madeira, ressaltando a tensão entre conservação e sobrevivência.
Impacto das Restrições na Renda	1	Relata como as restrições ambientais impactam as oportunidades de geração de renda na comunidade, limitando as atividades econômicas possíveis.

## 5.2.2 Experiências etnográficas

### 5.2.2.1 Primeiros contatos junto à comunidade

O meu primeiro contato junto à comunidade de Nossa Senhora do Livramento se deu antes do início da pesquisa, ainda na fase de construção do Projeto, já que eram necessárias informações que eu somente conseguiria presencialmente na comunidade. Viajei para a comunidade junto da minha orientadora, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Xavier, e outras colaboradoras. Nesta primeira visita, tivemos a oportunidade de conhecer a associação de moradores, a presidente e alguns moradores. Contudo, as únicas informações que obtive foram aquelas necessárias para a elaboração do Projeto de Pesquisa, bem como para a submissão do mesmo ao Conselho de Ética e Pesquisa.

Fotografia 1 - Reunião de Negociação da Pesquisa na Associação de Moradores



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 2 - Presidente da Associação Assinando Termo de Autorização de Realização da Pesquisa



Fonte: Pesquisadora (2023)

#### 5.2.2.2 Início do trabalho de campo

O trabalho de campo, em si, foi iniciado no dia 08 de junho de 2023, logo após o deferimento e aprovação pelo Conselho de Ética e Pesquisa (CEP), assim como da qualificação. Viajei sozinha para a comunidade, embarcando em uma lancha que partiu da Marina do Davi, em Manaus/AM.



Fotografia 3 - Marina do Davi (frente), Manaus, Amazonas, Brasil



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 4 - Saindo da Marina do Davi em direção à comunidade



Foram cerca de 40 minutos de viagem até o meu desembarque em Nossa Senhora do Livramento. Durante o trajeto, a embarcação cruzou com outros barcos de transporte de pessoas, dentre as quais diversos moradores da comunidade, o que demonstrou que, embora logisticamente difícil, há um fluxo relativamente viável de acessos entre Manaus e a localidade.



Fotografia 5 - Embarcação com moradores em trânsito



Fonte: Pesquisadora (2023)

Desde a chegada na comunidade, antes mesmo de atracar a embarcação, já foi possível uma análise geral das condições infraestruturais da mesma. De frente para o rio, é possível avistar algumas das edificações públicas, como a antena de rádio, a escola, uma feirinha local que estava ocorrendo, dois mercadinhos locais, além de igrejas.

Fotografia 6 - Chegada na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 7 - Placa da Entrada da Comunidade de Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 8 - Feirinha Local



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 9 - Mercadinho Local (1)



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 10 - Mercadinho Local (2)



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 11 - Escola Municipal de Educação Fundamental



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 12 - Igreja Católica



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 13 - Igreja Evangélica



Fonte: Pesquisadora (2023)

O trabalho de campo se estendeu até meados do mês de agosto de 2023, contabilizando um total de 6 (seis) visitas à comunidade, nas quais foram realizadas incursões aos domicílios de diversos moradores, que se prontificaram a conceder as respectivas entrevistas.

Embora algumas casas fossem relativamente próximas umas das outras - o que não necessariamente facilitou o trabalho, já que muitas estavam vazias ou os residentes não se enquadraram aos critérios de inclusão - a grande maioria dos domicílios enquadráveis possuíam distância relativamente significativa entre as mesmas, o que onerou bastante o tempo de deslocamento entre um domicílio e outro. Neste sentido, por diversas vezes foi necessário percorrer longos trechos, o que somente foi possível graças à companhia de uma moradora que se prontificou a ser minha guia. Entretanto, esses trajetos oportunizaram o privilégio de conhecer a realidade paisagística (física e social) da comunidade.



Fotografia 14 - Residência não enquadrável (Critérios de Inclusão)



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 15 - Residência vazia durante a visita



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 16 - Residência enquadrável (entrevista realizada)



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 17 - Exemplo de longos trechos percorridos entre domicílios (1)



Fonte: Pesquisadora (2023)



Fotografia 18 - Exemplo de longos trechos percorridos entre domicílios (2)



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 19 -Embarcações encalhadas (período de seca)



Fonte: Pesquisadora (2023)



As entrevistas foram realizadas uma a uma, domicílio a domicílio, sempre após a análise dos critérios de inclusão e de exclusão. Cada entrevista foi dividida em dois momentos, sendo o primeiro para a aplicação dos questionários socioeconômico e de frequência alimentar e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e o segundo momento para a realização da Entrevista Semiestruturada.

Esse exercício foi interessante uma vez que durante as entrevistas semiestruturadas muitas das informações prestadas dos demais instrumentos de pesquisa puderam ser melhor compreendidas, inclusive, as entrevistas semiestruturadas revelaram-se fundamentais para aprofundar a compreensão das informações obtidas pelos questionários estruturados. Durante esses diálogos, os participantes frequentemente retomavam respostas previamente fornecidas, fornecendo novas camadas de significado. Em alguns casos, confirmavam e expandiram os dados quantitativos, enriquecendo-os com detalhes e contextos pessoais. Por outro lado, houve momentos em que as narrativas orais divergiam das informações iniciais, sugerindo uma possível limitação dos instrumentos estruturados em capturar a complexidade e a profundidade das experiências dos entrevistados. Essa interação entre os métodos quantitativos e qualitativos não apenas validou as informações coletadas, mas também proporcionou uma compreensão mais holística e matizada da realidade vivida pela comunidade ribeirinha, evidenciando a necessidade de abordagens integradas para a investigação em saúde coletiva.

Fotografia 20 - Entrevista com uma moradora (1)



Fonte: Pesquisadora (2023)

A seguir estão descritos os principais discursos proferidos pelos entrevistados, em acordo com os Códigos Temáticos já apontados durante a análise de conteúdo, ilustrando com trechos e falas transcritas.

### 5.2.2.3 Produção local e reserva ambiental

Um dos principais temas evocados pelos entrevistados para a caracterização da realidade social da localidade foi quanto à Produção Local e às restrições ambientais.

Como é sabido, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento está localizada dentro de uma área de reserva - Reserva de Desenvolvimento Sustentável - o que não proíbe definitivamente, mas restringe de algum modo as possibilidades produtivas (criação, plantação, extrativismo etc.) na localidade.

A gente tem a parte da comunidade, que é rural. As pessoas que moram nessas propriedades, elas têm as suas plantações, mas tem ressalva porque tem regra, né? Tem regra pra plantar... (Entrevistado 02)

A gente tem uma área em que todos os trabalhos aí é uma cooperativa, só pra isso. Mas fora disso, ninguém trabalha. Assim, pra produzir, vender pra Manaus, pra cá, não tem. Fora que também tem muita regra, que desanima, aí ninguém mexe. (Entrevistado 23)

É porque a gente gosta de fazer no tradicional, que é pegar... roçar, plantar, derrubar e queimar. Ninguém pode queimar, né? Que danifica o meio ambiente... Então, o roçado ecológico é meio diferente. Ele tem que bosquear, né? Então o povo achou que isso prejudicou, né? Aí eles dizem que o SEMMAS que empatava. Mas eu acho que fazendo tudo direitinho tudo vai dar certo... agora a pessoa tem que ter paciência pra fazer, né? (Entrevistado 07)

A interação das falas transcritas dos entrevistados com a realidade da Produção Local em Nossa Senhora do Livramento revela uma tensão intrínseca entre as restrições impostas pela localização em uma área de reserva e as necessidades produtivas da comunidade. Essa dinâmica destaca um atrito significativo, onde a preservação ambiental, imposta por regulamentações, confronta-se com práticas culturais e econômicas enraizadas. As menções às regras restritivas e às práticas de cultivo tradicionais, como o uso de queimadas, ilustram tanto as especificidades operacionais, como também os desafios culturais enfrentados pelos moradores

Fotografia 21 - Exemplo de canteiro ecológico plantado



Fonte: Pesquisadora (2023)

A fotografia acima exemplifica um canteiro ecológico plantado próximo a uma das residências, o qual, apesar de atestar a possibilidade de cultivo dentro das normas ambientais, também sublinha certa precariedade e, mesmo sendo uma alternativa viável frente às restrições da reserva, esses canteiros por si só não se mostram suficientes para caracterizar uma produção local robusta, o que pode ser percebido nas reclamações dos entrevistados.

Outra percepção bastante comentada pelos entrevistados diz respeito ao fato de que, além das restrições ambientais, as terras da comunidade não seriam “boas” para produção. E isso, segundo os moradores, somente poderia ser melhorado com apoio técnico, que eles reclamaram não possuir. Desse modo, as únicas técnicas de que dispõem são as práticas tradicionais às quais são restringidas pelos órgãos de proteção ambiental.

Não dá pra plantar nada. Não dá, é pedra por cima de pedra aqui nesse pedaço. Sem contar que dá muita sombra, por causa das árvores nativas... aí não dá pra plantar nada, porque não cresce na sombra. (ENTREVISTADO 23)

A gente planta aqui, planta umas verduras aqui atrás no canteiro, mas não dá assim pra gente sobreviver, não. (ENTREVISTADO 20)

Não supre a necessidade. Obrigatoriamente precisa buscar o alimento em Manaus. Você vê aqui que tem os comércios, as quitandinhas, tudo tem alimento, né? Tudo tem banana, tem farinha, tem melancia, mas vem de Manaus. É bem poucos que trazem do ramal, porque só dá pro consumo deles. E no período da covid foi ainda mais difícil porque não tinha nada, nem no ramal, que teria que abastecer em Manaus e não tinha possibilidade de chegar a Manaus com medo de se contaminar". (ENTREVISTADO 07)

**Pesquisadora:** O senhor acha que o ramal é suficiente para suprir as necessidades da alimentação aqui da comunidade?

**Entrevistado:** Não, não, não.. Não, é não. Se for depender só do que planta ali? Não é não. Não dá, porque você precisa do arroz, da farinha, do café... A gente pode plantar um maxixe, um quiabo, uma verdura ou uma fruta, mas sem o mercado difícil, né? Não tem jeito, a gente depende disso. (ENTREVISTADO 21)

Se tivesse um incentivo, né? O pessoal aqui não tem incentivo... porque tipo, eu preciso fazer uma piscicultura, né? O cara que trabalha autônomo não tem como comprar o peixe e produzir ração, né? Aí geralmente aqui, as ONGs que chegam aqui, dão o cursinho... A pessoa sabe fazer, tipo... a ONG ganha o dinheiro dela. Mas e as pessoas que fizeram o curso vão fazer o quê? Se não, tu vai no banco, aí o cara chega lá no banco, não, fiz o curso, tá, passa a documentação toda. Aí chega, chega e o cara diz, cadê o título da terra? Então, aí, aqui é assim, né, reserva, aí todo mundo chega, dá o cursinho, ganha o seu dinheirinho, vai embora. E esse pessoal que precisa e fica chupando dedo. Anos e anos arrastando isso aí. (ENTREVISTADO 09)

É bastante perceptível, pelas falas dos entrevistados, que a comunidade lida com um conjunto complexo de entraves à produção local. As condições naturais da terra, aliadas às restrições ambientais, parecem criar um cenário onde as técnicas tradicionais de cultivo se tornam inviáveis. E a questão se agrava diante da carência de assistência técnica e suporte burocrático.

#### 5.2.2.4 Mercado local, isolamento, desabastecimento e preço dos alimentos

Outros temas bastante discutidos pelos entrevistados, e que estiveram sempre relacionados uns com os outros, diz respeito ao 'Mercado Local', ao 'Isolamento Social' durante a pandemia, ao 'Desabastecimento' e ao 'Preço dos Alimentos'. Temas esses que, a partir do modo como foram proferidos, constroem uma narrativa muito subjetiva e própria de quem vive/viveu e experimenta cotidianamente tal realidade. As experiências compartilhadas mostram como a compra de itens essenciais varia entre o mercado local, com preços elevados e variedade limitada, e as viagens a Manaus, que, apesar de mais econômicas, trazem desafios adicionais. Durante a pandemia, esta situação se agravou com restrições de deslocamento e aumento nos preços dos alimentos, o que impactou diretamente a vida diária dos moradores. Estes relatos destacam as dificuldades enfrentadas pela comunidade, revelando como o acesso a recursos básicos se tornou mais complicado, especialmente em um período de crise de saúde pública.



Na época da Covid faltou [alimento], porque nós não podíamos ir em Manaus. E aqui os comércios também fecharam, alguns, né? Porque teve aquela época que estava muito forte a doença e para a nossa própria saúde, a gente não ia comprar em Manaus. Por isso, faltou muito alimento. (ENTREVISTADO 11)

É, tinha lá [mercado local] os valores que... que não compensam, mas a gente tinha que comer, então a gente tinha que comprar. (ENTREVISTADO 05)

A gente teve realmente uma redução da alimentação porque ficou difícil, eu também peguei covid. Aí eu fiquei com medo de ir na cidade, aí também a gente teve essa redução de alimento na covid. (ENTREVISTADO 27)

Aquilo que a gente levava, que a gente comprava uma quantidade, aí a gente já passou a comprar menos. Porque o valor que a gente levava não dava mais para comprar dois, três itens. Já dava no máximo dois itens ou um item ou outro. O óleo, por exemplo, ficou muito caro na época da pandemia. O óleo subiu, o leite subiu. Agora não, agora que o óleo tá R\$5,00 aqui na comunidade. Por que aqui na nossa comunidade eu já cheguei a pagar R\$13,00 no óleo. E o comerciante, ele falava “não, porque tá difícil, né? Tá caro, por causa da covid, trazer de fora tá difícil”. E a gente tinha que pagar em cima disso para poder eles terem o retorno deles, né? Eles tinham que elevar para terem o retorno deles. E aí a gente tinha que comprar. (ENTREVISTADO 17)

Assim, tipo frango, aí comprar com arroz, comprar com macarrão. O essencial, falei que era o essencial, né? Não dava pra comprar o que a gente queria que era carne, comprar rolo. Ou se queria pra complementar o feijão, não sei, não tinha condição de comprar. Se comprasse o... se comprasse, vamos supor assim, se eu comprasse a salsicha, E eu não podia comprar salsicha pros menino. Aí desde que o médico me proibiu de dar muita salsicha para ele. Se tivesse, eu ia todo dia eles comer. Mas ele ia comer a crua. Tanto eu, que aquela minha pequenina pegou infecção. Ela pegou uma infecção de salsicha. Aí nunca mais eu comprei salsicha para ele. Aí, mas se tivesse, todo dia eu ia comendo a crua. Aí eu evitei mais o que estava comendo para ele. Agora eu como miojo. (ENTREVISTADO 19)

Faltou farinha, arroz, feijão, faltou até água, amiga. Até água faltou, mas teve algumas pessoas bondosas que doaram, né? Material de higiene. A comunidade não tinha mais material de higiene, então eu fui pedir, né? E veio umas pessoas e doaram pra gente a gente doa para a comunidade. (ENTREVISTADO 07)

Fotografia 22 - Entrevista com uma moradora (2)



Fonte: Pesquisadora (2023)

#### 5.2.2.5 Apoio comunitário, apoio externo e auxílio governamental

Uma das características marcantes da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, e que ficou evidenciado pelas entrevistas, é a solidariedade interna entre os residentes. Não apenas durante a pandemia, mas como modo próprio de adaptação e resiliência diante das adversidades vivenciadas no que diz respeito à renda, ao acesso a bens de consumo, alimentos e outros suportes que alguém venha a necessitar. Contudo, durante a pandemia isto se tornou mais evidente, embora o medo de contaminação e a necessidade de isolamento social tenha dificultado certos apoios.

Também o apoio externo de entidades, particulares ou públicas, foi algo que, enquanto para alguns entrevistados foi insuficiente, para outros fez toda a diferença no contorno às dificuldades experimentadas no período pandêmico. O auxílio governamental [auxílio emergencial] também foi mencionado como fundamental, embora para muitos entrevistados também não tenha sido considerado suficiente a fim de garantir uma segurança estável em relação ao acesso a alimentos e outros bens de consumo.

O pessoal aqui se ajuda, né? Na COVID faltou a alimentação, faltou a estrutura, né? Pra gente se manter na comunidade. Mas teve muita gente que se ajudava, porque mesmo com o dinheiro [do auxílio emergencial] nós

tivemos dificuldade, tipo assim, do alimento, de remédio... (ENTREVISTADO 01)

Às vezes assim... eu pelo menos peço ajuda dos meus parentes assim, mãe, né? Ou então peço para meu irmão. Peço para meu irmão, as vezes quando ele recebe e como ele é muito pegado... aí ele pega e manda. Mas o povo aí se ajuda quando precisa... eles se ajuda. (ENTREVISTADO 19)

Ninguém pode negar. ano passado [2022], a prefeitura fez a ação, né? do natal solidário, né? E fizeram a doação de cestas, lá na beira, lá na praia. E, eu... eu... foi um desejo. E nós estamos sempre vendo, né? Porque pela proporção da locomoção, da distância, da dificuldade... porque na época eles vieram estava seco também e tudo isso, mas eles não deram as cestas... (ENTREVISTADO 01)

Teve uma época que teve pessoas caridosas de Manaus que traziam cesta básica, como sabonete, eles traziam produtos higiênicos para as pessoas, como álcool, sabonete, pasta, assim, essas coisas. Mas isso antes da COVID... Às vezes era uma vez ou duas vezes. Tinha mês que vinha e tinha mês que não vinha. Mas na COVID... foi só Deus mesmo que ajudou, ou então o povo daqui mesmo. (ENTREVISTADO 06)

Te falar a verdade, a gente não teve apoio nenhum. Nem de governo, nem nada. Nenhum, nenhum, nenhum. Se teve, foi uma coisinha aqui, outra ali... mas não teve aquele apoio... né? Que resolve, que ajuda mesmo... isso não. (ENTREVISTADO 27)

Mas eu precisei pedir ajuda de fora. Eu pedi ajuda num órgão privado que nos ajudou em algumas cestas básicas que eu doe para as pessoas em vulnerabilidade social extrema que estavam dentro da comunidade. Eu precisei pedir ajuda. (ENTREVISTADO 07)

Então, às vezes a gente ajuda a pessoa, aqui... a gente sempre ajuda... tipo, porque tem muito indígena, né? E aí eles têm uma organização, e aí a gente recebe rancho. Mas na COVID foi difícil, porque não ia sobrar nem pra nós. (ENTREVISTADO 13)

Sempre tem muita ação voluntária... mas no COVID foi muito difícil. Foi mais, assim... ajuda do governo, que teve, né? Federal, né? Da parte do governo federal, que deu o auxílio que ajudou, mas mesmo assim a gente sentiu muito. (ENTREVISTADO 01)

Tivemos apoio porque essa área indígena aí, ajuda muito o pessoal, o auxílio, né? Eu não sei se é dito a todos, mas quando saiu [o auxílio], ajudou bastante, com a alimentação, principalmente arroz, farinha, feijão, essas coisas aí. (ENTREVISTADO 03)

Um ponto que chama a atenção nas falas dos entrevistados é que a presença de uma área indígena na comunidade parece ter um papel relevante no apoio recebido durante a pandemia, sugerindo uma dinâmica interessante, onde os recursos e a assistência destinados à população indígena acabam beneficiando, direta ou indiretamente, a comunidade como um todo.



Nenhum morador pertencente a esta área foi entrevistado por não se enquadrar aos critérios de inclusão, haja vista a necessidade de autorizações especiais para pesquisa junto a essa população. Ainda assim, a percepção dos moradores que foram, de fato, entrevistados, sobre essa dinâmica revela como as redes de apoio e os recursos disponibilizados em áreas específicas podem ter um impacto significativo para além de seus destinatários imediatos. A colaboração entre diferentes segmentos da comunidade, incluindo a população indígena, parece ter sido um fator chave para mitigar os efeitos da crise sanitária, particularmente em um momento onde as limitações impostas pela pandemia afetaram severamente as estruturas de apoio habituais.

Fotografia 23 - Chegando em uma residência para realização das entrevistas



Fonte: Pesquisadora (2023)

Fotografia 24 - Entrada de uma residência com alguns galões de água tapados com tela



Fonte: Pesquisadora (2023)

### 5.2.2.6 Insegurança alimentar e a qualidade dos alimentos

Por fim, em praticamente todas as entrevistas, os tópicos que mais foram abordados pelos entrevistados foram em relação à fome (insegurança alimentar) e à qualidade dos alimentos. Durante o período da pandemia, estas questões se agravaram significativamente, expondo as dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade de Nossa Senhora do Livramento. As escolhas alimentares se restringiram frequentemente a itens mais acessíveis e menos nutritivos, como ovos, salsichas e miojo, devido ao aumento dos preços e à escassez de alternativas mais saudáveis. Os relatos destacam situações de racionamento de comida e a necessidade de escolher alimentos baseados no que era disponível e acessível, e não necessariamente no que era nutritivo ou preferido. A solidariedade dentro da comunidade e a ajuda externa, apesar de presentes, muitas vezes não foram suficientes para garantir a segurança e a soberania alimentar de todas as famílias.

Era ovo e salsicha. A comida mais barata, que tinha na COVID. E olha que teve uma época que o ovo e a salsicha já superou a carne e o frango. Teve vez que a gente comprava a forma de ovo por R\$3,00, por R\$5,00... Depois foi pra R\$19,00, R\$22,00... hoje já tá R\$22,00, mas na COVID você via o ovo até de R\$30,00. Tá entendendo? Naquele tempo ele tava pagando uma carne mais barata, uma carne que a gente compra hoje de gente rica. Tá entendendo? (ENTREVISTADO 04).

A gente teve que regrar, né?. Teve que escolher o que comer... ou seja, tinha que comer o que tinha, né? Dava pra escolher quando tinha... ainda tem isso. As vezes, com dinheiro no bolso, comia qualquer coisa porque era o que tinha pra vender... salsicha, ovo, miojo... Às vezes, com o dinheiro do auxílio no bolso só podia comer miojo. (ENTREVISTADO 02).

A gente teve que racionar, né? Dois quilos de alimento por a família para poder segurar, senão acabava, porque a gente não conseguiria comprar também. (ENTREVISTADO 09).

Aí, às vezes, a pastora da nossa igreja vinha, trazia cesta, basicazinha mesmo, assim ó. Aí a gente se alimentava, mas a gente passava dificuldade. Teve gente que passou fome de verdade. (ENTREVISTADO 20).

Eu conheço muitas famílias que passou muita dificuldade. A gente chegava, tinha família que nem café pra tomar tinha. Faltou dinheiro, faltou alimentação mesmo. Muitos ganhavam cesta básica, mas era pouco. Quando vinha a cesta básica, quem ganhava mais era o pessoal indígena, que vinha pelo cadastro. Quem era indígena ganhava, tinha indígena que ganhava três cestas básicas. Aí quem não é indígena não ganhava. Aí partindo da parte do governo, prefeitura, vem mais assim final de ano. Durante a Covid, bem pouca coisa que eles mandavam. (ENTREVISTADO 14).

Com certeza, com certeza teve muita gente que passou necessidade no período da covid. Faltou [alimento] sim. Então, eu, eu mesmo tenho um relato próprio, né, que chegou gente pra mim, que não tinha nada pra comer. (ENTREVISTADO 01).

**Entrevistado:** A covid ensinou a gente a gostar de comer.

**Pesquisadora:** Tipo o quê?

**Entrevistado:** Tipo a farinha, aquela farinha d'água, entendeu? Que ninguém gostava de comer... a gente tinha que comer farinha d'água porque é o que tinha. Pão, tipo assim, a gente não gostava de comer... bolacha... Como foi algo mais acessível, a gente teve que aprender a comer. Até hoje a gente come. E hoje eu gosto, mas é porque me acostumei. Meu corpo se acostuma. Mas não é bom não. (ENTREVISTADO 12).

Teve que reduzir... ou, se não, teve que pular [refeição] ou diminuir a quantidade... deixar de comer pra dar pro filho, dar pra mãe, que já é idosa... porque não dava pra todo mundo. (ENTREVISTADO 15).

Se não vier os benefícios... que tem muito beneficiário aqui, tanto do bolsa família, aposentado, se não vier... passa necessidade. Fica sem a renda. Passa, fica sem comer... (ENTREVISTADO 14).

Porque durante o mês todinho a gente vem, assim ó... a gente vem vendendo um balainho, a gente vem vendendo isso, aquilo, né? Até chegar o dia da gente receber e falar. E depois a gente vai lá, faz aquele ranchinho de novo, não demora, já tá faltando as coisas de novo. Porque aqui é uma despesa meio grande. Aí falta as coisas. Aí falta as coisas. Nós passamos, na Covid, só Deus mesmo pra ajudar nós. (ENTREVISTADO 20).

Lidas as transcrições acima, eu vou tomar a liberdade para relatar uma cena que eu presenciei durante uma das entrevistas que realizei. Foi uma cena que, embora não possa contar como algo pragmático e mensurável por nenhum dos instrumentos de pesquisa utilizados no estudo, serve como ilustração da realidade vivida por alguns moradores e que eu, como pesquisadora em campo, presenciei e acredito que possa ser descrita neste capítulo dedicado à escrita de experiências etnográficas.

No quintal de uma das casas, enquanto eu entrevistava a mãe, observei quatro crianças brincando, a menor delas com apenas um ano de idade. A filha mais velha da família, uma jovem de cerca de 13 anos, cuidava atentamente dos irmãos menores. Em um gesto de responsabilidade precoce, ela estava cozinhando dois ovos em um fogareiro improvisado com tijolos no chão. Esses ovos, eu soube, seriam misturados com farinha para constituir a primeira refeição do dia de toda a família. Ao mesmo tempo, enquanto prestava a entrevista a mulher estava tecendo um balaio para tentar vender, ainda naquele dia, e com o dinheiro - se tivesse sucesso na venda - poder comprar mais alimentos para comer à noite.

Esta cena, embora silenciosa, falou volumes sobre as dificuldades de insegurança alimentar e a precariedade da situação vivida por muitos dos moradores, servindo como um poderoso lembrete de histórias não contadas.

## **6 DISCUSSÃO**

No contexto da presente dissertação, a integração entre dados quantitativos e qualitativos emergiu como um pilar fundamental para uma compreensão panorâmica da insegurança alimentar na comunidade de Nossa Senhora do Livramento. A análise quantitativa, realizada por meio de questionários e escalas, forneceu um panorama objetivo das condições alimentares e socioeconômicas enquanto as entrevistas semi-estruturadas trouxeram à tona as experiências pessoais e contextuais dos entrevistados, permitindo uma aproximação às nuances e complexidades que os números por si só não capturam.

O levantamento quantitativo, embasado em escalas de insegurança alimentar e questionários socioeconômicos, delineou o espectro de vulnerabilidade em que a comunidade se encontra imersa. Os resultados quantitativos apontaram para uma realidade onde a insegurança alimentar não é apenas um fenômeno isolado, mas uma condição que pode estar impactada com diversos fatores socioeconômicos e culturais. Entretanto, foi na abordagem qualitativa, através das narrativas coletadas nas entrevistas, que as estatísticas ganharam voz e cor. As histórias e experiências compartilhadas pelos moradores ofereceram um contexto vital para a interpretação dos dados quantitativos, revelando as camadas subjacentes que influenciam a segurança alimentar.

Quando compreendemos as informações trazidas pela análise socioeconômica da comunidade, observamos que uma proporção significativa dos moradores vive em condições de vulnerabilidade, com baixos níveis de renda e acesso limitado a recursos essenciais. Os dados quantitativos revelam, por exemplo, que uma grande parte das famílias da comunidade enquadra-se em faixas de renda baixa (64,3% com renda familiar até 1 salário mínimo), o que impacta diretamente sua capacidade de adquirir alimentos nutritivos e variados. Essa realidade econômica, entrelaçada com as narrativas obtidas nas entrevistas, explica em parte a prevalência de insegurança alimentar relatada. As entrevistas, por sua vez, forneceram insights sobre como a limitação de renda afeta as escolhas alimentares no dia a dia, com

famílias frequentemente optando por alimentos mais baratos e menos nutritivos, como evidenciado nas descrições de refeições à base de ovos, salsichas e farinha.

Mesmo os moradores com renda familiar um pouco mais alta relataram enfrentar alguma dificuldade, sobretudo durante as fases mais críticas da pandemia.

O conjunto de dados trazidos pelo Questionário de Frequência Alimentar (QFA) trouxe à tona importantes aspectos sobre os padrões alimentares da comunidade de Nossa Senhora do Livramento. Através desta ferramenta, foi possível quantificar a frequência e a variedade dos alimentos consumidos pelos moradores, oferecendo uma visão objetiva da dieta habitual na região. Os resultados do QFA indicaram uma tendência ao consumo de alimentos com baixa diversidade nutricional, evidenciando uma dieta majoritariamente composta por itens básicos, como arroz/macarrão (88,5%), feijão (82,4%) e farinha/pães (100%). Além disso, observou-se baixa frequência no consumo de verduras/folhas (17,4%), componentes essenciais para uma alimentação equilibrada e rica em nutrientes, sugerindo uma carência de componentes vitais para a saúde humana e apontando para possíveis lacunas nutricionais que podem ter implicações significativas para o bem-estar geral da população<sup>6</sup>.

Da mesma forma, esses dados foram validados e aprofundados durante a realização das entrevistas semi-estruturadas, quando os moradores relataram detalhes sobre suas escolhas alimentares diárias. Nas conversas, ficou evidente que a qualidade dos alimentos consumidos havia diminuído, especialmente durante a pandemia. Muitos entrevistados descreveram uma mudança nos padrões alimentares devido à escassez de opções e ao aumento dos preços. Alimentos antes consumidos com menor frequência, como salsichas e alimentos processados, tornaram-se mais comuns nas refeições, enquanto itens mais saudáveis e nutritivos, como frutas e legumes, passaram a ser raridade. Esse fenômeno não foi apenas uma questão de escolha, mas uma resposta adaptativa às circunstâncias adversas, onde a prioridade era simplesmente garantir algo para comer. A deterioração da qualidade alimentar relatada pelos moradores durante a pandemia ressalta as complexas interações entre disponibilidade, acesso econômico e decisões alimentares em tempos de crise.

Mesmo o consumo de alimentos amazônicos, que poderiam ser uma fonte rica e diversificada de nutrição - e se esperava um consumo mais regular desses produtos - apresentou-se limitado na comunidade, conforme indicado pelos dados do Questionário de Frequência Alimentar. Esta realidade é atribuída, em parte, à sazonalidade de muitos desses

---

<sup>6</sup> Muito embora, o consumo de frutas foi identificado pelo QFA como significativo (75% relatou consumir frutas diariamente). Contudo, nas entrevistas semiestruturadas foi percebido que este consumo se dá de forma sazonal, ou seja: o consumo ocorre quando há a disponibilidade sazonal daquele fruto.



alimentos e em parte, também, às restrições ambientais que regulam ou até inviabilizam o extrativismo.

Sobre isso, Gama *et al* (2022), em estudos sobre os padrões de consumo alimentar em comunidades ribeirinhas da região do médio Rio Solimões (Amazonas, Brasil), destacaram que o padrão alimentar da população ribeirinha ainda é bastante caracterizado pelo elevado e frequente consumo de peixes e farinha de mandioca, os quais os autores classificam como “tradicional ribeirinho”, mas que tal presença é mais marcante em comunidades afastadas de centros urbanos, de modo que em comunidades menos afastadas a tendência tem sido uma progressiva redução do consumo destes alimentos e a sua substituição por alimentos os quais os autores caracterizam como “padrão brasileiro” (principalmente arroz e feijão) que, por não serem produzidos na região precisam ser comprados em mercados e mercearias. Do mesmo modo, Silva *et al* (2020), em estudos sobre os hábitos alimentares de comunidades ribeirinhas no município de Alenquer, no estado do Pará, refletiram sobre o processo de “transição nutricional” a partir do qual também as comunidades ribeirinhas têm sido afetadas, de modo que alimentos produzidos e distribuídos em larga escala têm sido mais frequentemente consumidos por essas populações.

Do mesmo modo, o baixo consumo de laticínios, leguminosos e alimentos proteicos, como indicado pelos resultados do QFA, ressaltou outra dimensão crítica da dieta na comunidade, já que estes grupos alimentares, essenciais para uma nutrição equilibrada, aparecem de forma limitada e tendo sido ainda mais limitada durante a pandemia. Em contraste, a pesquisa evidenciou que as farinhas e outros carboidratos são os itens mais consumidos, servindo como base para a maioria das refeições.

Entretanto, um dado que chamou a atenção foi quanto ao consumo de produtos industrializados (processados e ultraprocessados). Quando analisadas as informações produzidas pelo QFA, notou-se um consumo significativamente baixo desses produtos - ou pelo menos foi o que os entrevistados responderam de modo objetivo durante a aferição daquele instrumento. Contudo, analisadas as informações produzidas durante as entrevistas semi-estruturadas, o que emergiu foi um contraste intrigante: nas narrativas dos entrevistados, houve menções frequentes ao consumo de itens como salsichas, embutidos e alimentos instantâneos, especialmente durante o período pandêmico. Esta distinção entre os dados quantitativos e as experiências relatadas qualitativamente sugere que, embora o consumo de alimentos industrializados possa não ser tão prevalente quanto em outras áreas, ele ocupa ou ocupou um lugar significativo nas práticas alimentares dos moradores durante a crise

sanitária, refletindo tanto uma questão de acessibilidade e custo quanto uma adaptação às restrições de disponibilidade de alimentos.

Por fim, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) trouxe, de modo pragmático e com significativa mensuração, o diagnóstico geral de que a imensa maioria dos moradores de Nossa Senhora do Livramento vive (ou viveu, principalmente durante a pandemia) algum nível de insegurança alimentar (78,6%), sendo que mais de 1/4 em insegurança alimentar grave (25%). Os dados revelaram que uma grande parte das famílias enfrenta desafios substanciais para garantir uma alimentação regular e adequada, sendo que muitos moradores, ou não têm certeza quanto à origem de sua próxima refeição, ou são forçados a reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos consumidos para atender às necessidades básicas.

Os discursos proferidos pelos moradores durante as entrevistas semi-estruturadas não apenas confirmaram e reforçaram este diagnóstico, como também adicionaram uma dimensão humana aos números da EBIA. As histórias contadas evidenciaram as lutas diárias e as estratégias de enfrentamento adotadas pelas famílias em situações de insegurança alimentar. Relatos sobre a necessidade de saltar refeições, escolher alimentos mais baratos e menos nutritivos, e até mesmo a partilha de porções limitadas de comida entre membros da família, ilustraram vividamente o impacto real da insegurança alimentar nas vidas dos moradores. Além disso, as entrevistas revelaram como a pandemia intensificou esses desafios, aumentando a frequência e a gravidade da insegurança alimentar na comunidade.

Este cenário, além de refletir sobre a insegurança alimentar, também levanta questões sobre a soberania alimentar na comunidade, já que durante a pandemia, a capacidade dos moradores de fazer escolhas alimentares autônomas e baseadas em suas próprias necessidades e preferências culturais foi profundamente afetada. Sobre isso, Iberê (2020) e Leite *et al* (2020) em estudos sobre alimentação em comunidades tradicionais e populações indígenas, refletem que a padronização alimentar, sobretudo em cestas básicas, não apenas têm alterado de modo significativo os perfis de aquisição de alimentos por essas comunidades, como isto também tem sido determinante no comprometimento direto de suas soberanias alimentares, já que seriam reduzidas a zero a possibilidade de opções e, logo, de escolha sobre o que comer. Em Nossa Senhora do Livramento, com as opções limitadas aos alimentos disponíveis e acessíveis economicamente, a comunidade viu-se privada do direito de decidir sobre sua própria nutrição e práticas alimentares.

Este estudo encontrou um cenário onde nem mesmo aquelas famílias beneficiárias de auxílios governamentais deixaram de ser diagnosticadas como em situação de insegurança

alimentar, inclusive sendo beneficiários de algum auxílio financeiro governamental todos os participantes diagnosticados como em situação de insegurança alimentar grave, conforme ficou demonstrado tanto pelas informações quantitativas quanto pelas entrevistas. Este dado ressalta a insuficiência dos auxílios governamentais em atender às necessidades alimentares básicas da comunidade, muito embora sem os mesmos a situação poderia ter sido fatalmente pior, conforme ficou evidenciado nas entrevistas.

As entrevistas reforçaram essa realidade, com moradores expressando que, apesar de receberem algum tipo de suporte financeiro do governo, continuavam a enfrentar desafios significativos para garantir uma alimentação adequada para suas famílias. Muitos relataram que o valor dos auxílios era insuficiente para cobrir as despesas crescentes, principalmente com o aumento dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo em que reconheceram que o recebimento do mesmo foi o garantidor, em muitos casos, de que situações já graves não se tornassem fatais.

Ao analisar, panoramicamente, todas essas informações e lançar sobre elas leituras e interpretações construídas por outros estudos sobre alimentação no Amazonas, é possível uma ampliação reflexiva sobre as realidades vivenciadas pela comunidade aqui estudada, sobretudo quanto às políticas desenvolvidas durante a vigência da crise sanitária. Um exemplo disso são estudos que relacionam o papel do auxílio emergencial durante a pandemia.

Silva-Neto *et al* (2023), por exemplo, averiguaram que apesar da elevada prevalência de insegurança alimentar (o seu estudo dá foco ao contexto do nordeste brasileiro), a implementação do auxílio emergencial, associada ao aumento na doação de alimentos, teria mitigado, mesmo que pontualmente, as dificuldades de acesso a alimentos pelas famílias localizadas nas áreas investigadas. Contudo, por se tratar de uma política emergencial com foco apenas na transferência direta de recursos financeiros, sem estar elencada a outros suportes públicos - haja vista a série de desmontes de políticas para a alimentação e nutrição dos últimos anos (Santos *et al*, 2019; Ribeiro-Silva *et al*, 2020; Jacinto de Souza *et al*, 2021) - o auxílio emergencial, na maioria de outros contextos, ou se mostrou ineficiente, como demonstra a pesquisa desenvolvida por Gurgel *et al* (2020), ou no mínimo controverso, onde o beneficiário, sobretudo de regiões mais afastadas, ou não conseguem acessar os valores depositados em conta - hajam vistas todas as dificuldades logísticas e tecnológicas em relação aos modos como foram viabilizados tais recebimentos<sup>7</sup> - ou ainda, mesmo dispondo dos

---

<sup>7</sup> O Auxílio Emergencial, quando lançado, foi disponibilizado apenas via aplicativo especial da Caixa Econômica Federal chamado “Caixa Tem App”. Contudo, diversos trabalhadores, sobretudo de zonas rurais, à época, relataram dificuldades, não apenas de acesso, como de cadastro, instalação, sem contar a necessidade de possuir um aparelho smartphone compatível e com acesso à internet. Ver Jornal da USP:

recursos transferidos, não podiam usá-lo, uma vez que a pandemia promoveu, de forma escalar, o desabastecimento de diversas áreas, como inclusive é possível notar entre os moradores de Nossa Senhora do Livramento.

Do mesmo modo que ficou evidente, para o caso do estudo em tela, as situações de desabastecimento promovidas, seja pelas dificuldades logísticas, seja pelas necessidades de isolamento social, ou mesmo pela redução do processo produtivo e distributivo de produtos básicos, tanto de alimentação quanto de higiene, entre outros, em distintos outros estudos (Alpino *et al*, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Leite *et al*, 2020; Coelin *et al*, 2020; Schall *et al*, 2022; Bragança *et al*, 2023), focados cada qual em averiguar as diferentes realidades sociais e econômicas experimentadas pela população brasileira durante a pandemia, é nítida a convergência de similaridade entre os cenários: a ausência de políticas de longo prazo, amparados por programas de governo centralizados, sobretudo na esfera federal - ausência esta produzida como prática deliberada de governo nos anos que antecederam a crise sanitária - parecem ter sido as grandes responsáveis pelos entraves que, se não produziram diretamente, no mínimo viabilizaram de modo significativo diversos casos de agravamento de situações de insegurança alimentar e nutricional.

Mesmo quando se reflete sobre as respostas locais (esferas estadual e municipal) que poderiam ter sido dadas à crise de insegurança alimentar exacerbada pela pandemia, fica nítido que houve uma lacuna significativa entre as necessidades, não apenas da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, mas de diversas outras localidades, e as políticas implementadas por essas esferas. É o que nos comunica os estudos realizados por Moraes (2021) [notas técnicas 31 e 33], Sandoval (2021) e Silva *et al* (2023).

Por fim, a pandemia do Covid-19 expôs não apenas as fraquezas do sistema atual, mas também oportunidades para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e sensíveis às realidades locais. A discussão sobre as políticas públicas e sua aplicação no contexto de Nossa Senhora do Livramento evidencia a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada, que não apenas forneça assistência emergencial, mas também promova a sustentabilidade e a soberania alimentar da localidade. As lições aprendidas com a pandemia e as experiências da comunidade devem ser utilizadas para moldar políticas futuras, que garantam não só a segurança alimentar imediata, mas também estabeleçam as bases para uma resiliência alimentar duradoura. Assim, este estudo reforça a importância de políticas públicas que sejam não só reativas, mas também proativas, na promoção da segurança alimentar e nutricional em todo o Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compilação e análise da literatura consultada para este estudo, e dos dados aqui construídos e averiguados, revelam um panorama onde as políticas públicas, tanto em nível federal quanto nos níveis estadual e municipal, não conseguiram atender de maneira eficaz às necessidades emergentes de segurança alimentar e nutricional durante a pandemia. Houve, sim, sem dúvida, esforços localizados. Contudo, a disparidade entre as políticas formuladas e as necessidades reais das comunidades, incluindo Nossa Senhora do Livramento, aponta para uma necessidade crítica de reformulação e fortalecimento das políticas de alimentação e nutrição.

Este estudo ilustra vividamente as implicações da insegurança alimentar em uma comunidade específica, destacando a necessidade de abordagens diferenciadas e personalizadas nas políticas de alimentação e nutrição e a constatação de que mesmo o auxílio emergencial e outras medidas de apoio não foram suficientes para garantir a segurança alimentar e reforça a ideia de que soluções de curto prazo, embora necessárias, são igualmente insuficientes para resolver problemas estruturais de longa duração. Assim, torna-se imperativo que as políticas públicas sejam desenhadas para abordar as causas fundamentais da insegurança alimentar, como a pobreza, a falta de acesso a recursos produtivos e a educação nutricional inadequada, entre outros fatores. Esta pesquisa sugere que a eficácia das políticas públicas depende não apenas de sua concepção e implementação, mas também de uma compreensão profunda das realidades locais e das dinâmicas sociais que moldam as experiências de insegurança alimentar.

Além disso, o contexto da pandemia serviu como um catalisador para expor as vulnerabilidades preexistentes no sistema de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Os relatos da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, juntamente com as descobertas de estudos acadêmicos, sugerem que a superação desses desafios requer um comprometimento duradouro com políticas públicas sustentáveis e inclusivas. A crise sanitária destacou a interconexão entre saúde, nutrição e desenvolvimento social, e a necessidade de abordagens que não apenas aliviem as dificuldades imediatas, mas também construam uma base sólida para a segurança alimentar e nutricional a longo prazo. A experiência da pandemia deve, portanto, ser utilizada como uma lição para moldar um futuro mais resiliente e justo no que diz respeito à alimentação e nutrição em todo o Brasil.

O fato de a comunidade estar localizada em uma área de reserva ambiental adiciona

uma camada de complexidade à questão da segurança alimentar entre os residentes, contudo é necessário destacar que o grande entrave, neste sentido, é a ausência de apoio técnico e burocrático que viabilize práticas de produção sustentáveis e ambientalmente viáveis. Esta pesquisa ilustrou que, enquanto as restrições ambientais são essenciais para a preservação da biodiversidade local, a falta de suporte técnico especializado e orientações claras de gestão e uso sustentável dos recursos naturais limita severamente as opções de produção alimentar da comunidade. O desafio é criar um equilíbrio que não apenas proteja o meio ambiente, mas também fortaleça a segurança alimentar e nutricional dos moradores, proporcionando-lhes os meios para cultivar e acessar alimentos de forma sustentável dentro dos parâmetros legais e ecológicos. Outro ponto que merece destaque é o fato de que a existência de uma área indígena na comunidade, por possuir direitos e cuidados específicos - e justamente por isso tenha acabado beneficiando, mesmo que indiretamente, o restante dos moradores - demonstra como a existência de uma desconexão política (no caso, as populações indígenas seguem um processo de seguridade em nível federal) pode impactar a efetividade das políticas de segurança alimentar. Esse cenário reflete a necessidade de uma integração política mais eficiente, onde as ações voltadas para grupos específicos, como as populações indígenas, sejam harmonizadas com as políticas mais amplas para toda a comunidade.

Por último, e de um modo geral, esta dissertação evidencia a complexidade da segurança alimentar e nutricional em contextos de crise, como o experimentado durante a pandemia da Covid-19. A situação de Nossa Senhora do Livramento não é um caso isolado, mas sim um reflexo de desafios maiores enfrentados em várias comunidades no Brasil, onde a interseção de fatores ambientais, econômicos, culturais e políticos molda as experiências de insegurança alimentar. Este estudo ressalta a necessidade urgente de políticas públicas mais holísticas e adaptativas, que não apenas abordem as necessidades imediatas, mas também trabalhem no sentido de construir sistemas alimentares resilientes e sustentáveis.

A pandemia, apesar de seus muitos desafios, oferece uma oportunidade única para repensar e remodelar as estratégias de segurança alimentar e nutricional, colocando a dignidade humana e o direito à alimentação adequada no centro das políticas públicas, e o caso de Nossa Senhora do Livramento oferece lições importantes sobre a importância da consideração das especificidades locais nas políticas de alimentação e nutrição, e destaca a necessidade de uma abordagem mais integrada e inclusiva. A esperança é que as descobertas desta pesquisa possam inspirar ações e políticas que não apenas aliviem a fome e a insegurança alimentar, mas também promovam a soberania alimentar, o bem-estar e a saúde de todas as comunidades, garantindo um futuro mais justo e sustentável para todos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. B. DE .; PADRÃO, S. M.. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 143, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.274>>. Acesso em 11 de outubro de 2023.

ALIAGA, M. A.; SANTOS, S. M. C. DOS .; TRAD, L. A. B.. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00169218>>. Acesso em 10 de outubro de 2023

Alpino, T. M. A.. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 36, n. 8, set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

BANCO MUNDIAL. **Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking ahead of two crises**. Washington DC: World Bank, 2022. Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTES, A.. Às margens do Rio Negro, comunidade ribeirinha em Manaus não tem acesso à água potável. **Projeto Colabora**, 2021. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods6/cercada-pelo-rio-negro-comunidade-ribeirinha-em-manau-ao-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BEZERRA, T. A.. *et al.* Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 637–651, fev. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.19952015>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

BRAGANÇA, M. L. B. M. et al.. Impactos da pandemia do novo coronavírus no direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e programas de segurança alimentar e nutricional: quais os desafios e o que propor?. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X202331030261>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

BRIGNOL, S. M. S.. **Estudo epidemiológico da infecção por HIV entre homens que fazem sexo com homens no município de Salvador**. Tese de Doutorado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013 p. 56. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11565>>. Acessado em 09 nov. 2023.

CARVALHO, C. A. de; *et al.* Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia da COVID-19? **Public Health Nutrition**. Disponível em <<https://doi.org/10.1017/S1368980020003973>>. Acesso em 14 de outubro de 2023.

CASTRO, I. The dissolution of the Brazilian National Food and Nutritional Security Council and the food and nutrition agenda.. **Cadernos de saúde pública**, n. 35, v. 2, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

CEOLIN, G. *et al.*. Nutritional challenges in older adults during the COVID-19 pandemic. **Revista de Nutrição**, v. 33, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202032e200174>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

DENZIN, N. K. *et al.*. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.

EQUIPE CRUZAM OS RIOS DA AMAZÔNIA para entregar alimentos a alunos ribeirinhos de Manaus. **Revista Cenarium**, 2020. Disponível em: <<https://revistacenarium.com.br/equipes-cruzam-os-rios-da-amazonia-para-entregar-alimentos-a-alunos-ribeirinhos-de-manaus/>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FISBERG, R. M. *et al.*. **Inquéritos alimentares: métodos e bases científicas**. Barueri: Manole, 2005. 334 p.

FISBERG, R. M. *et al.*. Questionário de frequência alimentar para adultos com base em estudo populacional. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 3, p. 550–554, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000020>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2023.

GAMA, A. S. M. *et al.*. Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões - Amazonas - Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2609–2620, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.20362021>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, A. DO M. *et al.*. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945–4956, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

HECKATHORN, Douglas D. Respondent-driven sampling: a new approach to the study of hidden populations. **Social Problems**. v. 44, 1997, p. 174-199. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3096941>>. Acessado em 10 nov. 2023.

IBERÊ, D. Povos Indígenas: Alimentos, Ancestralidade e Sagrado em Tempos de Crise. **Cadernos OBHA**. v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/5351>>. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

JACINTO DE SOUZA, B. F. N. *et al.*. (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LEITE, M. S. *et al.*. *Indigenous protagonism in the context of food insecurity in times of Covid-19*. **Revista de Nutrição**, v. 33, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200171>>. Acesso em: 03 mar. 2022.



Menezes, J., Confalonieri, U., Madureira, A., Duval, I., Santos, R., & Margonari, C. (2018). Mapping human vulnerability to climate change in the Brazilian Amazon: The construction of a municipal vulnerability index. **PLoS ONE**, 13. Disponível em <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0190808>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012, p. 621-626. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOLINA, M. DEL C. B. *et al.*. Reprodutibilidade e validade relativa do Questionário de Frequência Alimentar do ELSA-Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 2, p. 379–389, fev. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000200024>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

MONTEIRO, F. *et al.*. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1347–1358, maio 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.21462013>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, T. C. *et al.*. Food (in)security in Brazil in the context of the SARS-CoV-2 pandemic. **Cad Saude Publica**, v. 6, n. 4, 2020. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

PIMENTEL, P. G. *et al.*. Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 283–294, jul. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982009000200008>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

RECINE, E. *et al.*. Reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. **Revista de Nutrição**, n. 33. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>>. Acesso em 08 de janeiro de 2024.

RIBEIRO-SILVA, R. DE C. *et al.*. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SADLER, G. R. *et al.* Research article: recruitment of hard-to-reach population subgroups via adaptations of the snowball sampling strategy. **Nursing & Health Sciences**, v. 12, 2010. p. 369-374. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1442-2018.2010.00541.x>>. Acessado em 15 nov. 2023.

SALGANIK, Matthew J.; HECKATHORN, Douglas D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-driven sampling. **Sociological Methodology**, v. 34, 2004. p. 193-240. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3649374>>. Acessado em 14 nov. 2023.

SALLES-COSTA, R. *et al.*. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rn/a/fq69hBWpxzHC8MFXDfXDLqD/?lang=pt>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SANTOS, A. B. M. V. dos. *et al.*. O desmonte das iniciativas governamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso do município de Cuité – Paraíba, entre 2014 e 2019. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661789>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SANTOS, R. S.; SILVA, M. M. C. Percepção de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros com crianças e adolescentes: uma análise multinomial. **XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2020, Salvador. Disponível em: <[https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1823/Artigo\\_Renata\\_identificado\\_final.pdf](https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1823/Artigo_Renata_identificado_final.pdf)>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

SCHALL, B. *et al.* Gender and Food insecurity in the COVID-19 pandemic in Brazil: hunger through women's voices. **Cien Saude Colet.**, v. 27, n. 11, 2022, p. 4145-4154. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07502022>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Amazonas: Volumes II, revisão final, 2017.

SILVA, J. G. DA .. Segurança alimentar: uma agenda republicana. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200004>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SILVA-NETO, L. G. R. *et al.*. Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 721–730, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.12352022>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

SILVA, S. O. DA. *et al.*. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar no desafio de desvendar iniquidades em grupos interseccionais: debate e agenda de pesquisa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 10, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT178422>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

SILVA, L. S. DA. *et al.*. Alimentação na várzea amazônica: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas no município de Alenquer-PA. **Revista Ciências da Sociedade**. v. 4, n. 7, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.30810/rcs.v4i7.1406>>. Acesso em 11 de outubro de 2023.

SLATER, B. *et al.*. Validação de Questionários de Frequência Alimentar - QFA: considerações metodológicas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 6, n. 3, p. 200–208, set. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2003000300003>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

SNIJDERS, T. Estimation on the basis of snowball samples: how to weight. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**. v. 36, 1992. p. 59-70. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/075910639203600>>. Acessado em 09 nov. 2023.

SPERANDIO, N. *et al.*. Escalas de percepção da insegurança alimentar validadas: a experiência dos países da América Latina e Caribe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 449–462, fev. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.08562016>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

Swaminathan, M.. Achieving food security in times of crisis.. **New biotechnology**, n. 27, v. 5, 2010 . Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2024.

TAVARES, L. H. S; LIMA, A. C. C.. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil : um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 58, p. 101–143, 2021. Disponível em: <:<https://dx.doi.org/10.38116/ppp58art4>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

VOCI, S. M.; SLATER, B. Consistência interna da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar aplicada por entrevista telefônica e preenchida pelo entrevistado. **Nutrire**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 318-27, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/2316-7874.52114>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

Wood, S., Smith, M., Fanzo, J., Remans, R., & DeFries, R.. Trade and the equitability of global food nutrient distribution. **Nature Sustainability**, n. 1, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1038/s41893-017-0008-6>>. Acesso em 08 de janeiro de 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

## ANEXO I - FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO FAMILIAR



Pag. 1/3

### CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR

Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_  
 Estado civil: \_\_\_\_\_  
 Comunidade: \_\_\_\_\_  
 Lote: \_\_\_\_\_  
 Nascido na comunidade: ( ) sim ( ) não  
 Em caso negativo, vive na comunidade há quanto tempo? \_\_\_\_\_  
 Em caso negativo, motivo de ter vindo viver na comunidade: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

1. Número de pessoas que residem na casa: \_\_\_\_\_  
 1.1 Especificar vínculo de cada pessoa:

Nome	Idade	Vínculo

2. Renda mensal familiar:

R\$ \_\_\_\_\_ ( ) salários mínimos

2.1 Composição do rendimento:

Membro da família	Origem do rendimento (ocupação)	Localidade do trabalho

2.2 Recebe auxílio do governo?

( ) sim ( ) não

2.2.1 Tipo de auxílio:

( ) Auxílio Brasil

( ) Benefício de prestação continuada (BPC)

( ) Outro

\_\_\_\_\_



### 3. Escolaridade dos responsáveis:

Vínculo: \_\_\_\_\_ escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Estudou na escola na comunidade: ( ) sim ( ) não  
 Até qual ano: \_\_\_\_\_

Vínculo: \_\_\_\_\_ escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Estudou na escola na comunidade: ( ) sim ( ) não  
 Até qual ano: \_\_\_\_\_

### 4. Habitação e infraestrutura:

4.1 Situação:  
 ( ) própria ( ) financiada ( ) alugada ( ) cedida  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

4.2 Paredes:  
 ( ) tijolos ( ) madeira ( ) tijolos e madeira ( ) Taipa  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

4.3 Cobertura:  
 ( ) Telha de barro ( ) telha de fibrocimento ( ) telhas metálicas  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

4.4 Acesso a água:  
 ( ) água encanada ( ) rio ( ) Poço artesiano  
 outros \_\_\_\_\_

4.4.1 Tratamento da água usada para consumo ?  
 ( ) sem tratamento ( ) fervida ( ) clorada  
 outros \_\_\_\_\_

4.5 Esgotamento sanitário:  
 ( ) esgoto ( ) fossa séptica  
 outros \_\_\_\_\_

4.6 Energia elétrica:  
 ( ) luz elétrica ( ) gerador elétrico ( ) lâmpada  
 outros \_\_\_\_\_

4.7 Número de cômodos usados para dormir: \_\_\_\_\_

4.7.1 Acomodação: ( ) suficiente ( ) insuficiente

4.8 Destinação do lixo:  
 ( ) Todo Queimado  
 ( ) Todo Enterrado  
 ( ) Parte orgânica reutilizada e restante queimado  
 ( ) Coletores flutuantes  
 ( ) Outro \_\_\_\_\_

**5. Acesso a serviços de saúde de atenção básica:**

5.1 Equipes de saúde da atenção básica na comunidade

- equipe de saúde ribeirinha
- equipe de saúde fluvial
- equipe de saúde da família residente na comunidade
- sem atendimento de Atenção básica atualmente

5.2 Frequência de atendimento das equipes de saúde:

- diária de segunda a sexta-feira
- 1 vez por semana
- 1 vez por mês
- 2 vezes por mês
- 1 vez a cada 2 meses
- Outro \_\_\_\_\_

5.3 Serviços utilizados na atenção básica:

- Acompanhamento doenças crônicas ( hipertensão arterial, diabetes melitus)
- pré-natal
- vacinas
- acompanhamento saúde da criança
- saúde da mulher ( preventivo)
- curativos , pequenos procedimentos
- odontologia
- Outro \_\_\_\_\_



## ANEXO II - QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA DE CONSUMO ALIMENTAR (QFA)



### QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA ALIMENTAR (QFA) "DADOS NUTRICIONAIS"

1. Quantas refeições o (a) sr.(a) faz ao dia (considere café da manhã, almoço, jantar e merendas)? \_\_\_\_\_
2. Quantas vezes por semana você come os alimentos abaixo?

Ord.	ALIMENTOS	Nunca quase nunca	1x/mês	2x/mês	1x/sem	2-3x/sem	4-5x/sem	Todos os dias
1	Carne vermelha (boi)							
2	Carne vermelha (porco)							
3	Carne vermelha (caça)							
4	Carne de aves (frango, galinha, pato)							
5	Peixes							
6	Ovos							
7	Feijão							
8	Arroz ou macarrão							
9	Farinhas e pães (mandioca, beiju, rosca)							
10	Leite							
11	Verduras de folhas (alface, couve etc)							
12	Legumes (cenoura, jerimum, beterraba, etc)							
13	Legumes tubérculos (macaxeira, cará, batata)							
14	Frutas ou suco de frutas natural							
15	Açaí							
16	Pupunha							
17	Tucumã							
18	Guaraná natural							
19	Castanha							
20	Açúcar							
21	Doces (bombons, chiclete, pirulito)							
22	Produtos industrializados (carne enlatada, salsicha enlatada, salgadinhos etc)							

## ANEXO III - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)



Pag. 1/1

---

### Escala EBIA

---

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

---

2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

---

3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

---

4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

---

5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

8. Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

---

14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

---



## ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Pag. 1/1

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO I

(a ser realizado junto à presidente da Associação)

#### **1.Desafios de morar em uma área de Unidade de Conservação: trabalho, emprego, produção, renda, logística.**

- a.Quais as atividades produtivas permitidas na comunidade?
- b.Os produtos consumidos na comunidade são produzidos onde?
- c.Como é o transporte para a cidade de Manaus (transporte de pessoas e de mercadorias)?
- d.Há escassez de produtos alimentícios na comunidade (arroz, feijão, carnes, verduras, frutas)?
- e.Atuação de órgãos públicos (prefeitura, escola, secretarias) durante a pandemia no desenvolvimento de estratégias para o acesso a alimentos.
- f.Atuação de entidades da sociedade civil (ongs, igrejas etc.).



**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO II**  
(a ser realizado junto aos moradores da comunidade)

**1. Quais foram as principais dificuldades percebidas pelos moradores da comunidade durante as fases mais críticas da pandemia da Covid-19?**

- a. Ocupação, emprego e renda.
- b. Produção e acesso a produtos alimentícios.
- c. Isolamento (transporte).
- d. Auxílios governamentais: foram suficientes para a garantia de acesso a alimentos?
- e. Houve aumento no preço dos alimentos ou diminuição dos tipos de alimentos consumidos (carne, vegetais, arroz, feijão, frutas)?
- f. Quais as estratégias de produção e renda ao longo do ano (cheia e vazante)?
- g. Em comparação aos preços dos alimentos encontrados na cidade de Manaus e na comunidade, há uma diferença muito grande?
- h. Como é o acesso dos moradores da comunidade a esses produtos alimentícios?
- i. Como é feito a conservação dos alimentos?

## ANEXO V - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIA DA SAÚDE



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Caro(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E COVID-19 NO AMAZONAS: O CASO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ”, sob a responsabilidade dos pesquisadores: ANDRÉA CRISTINA GUIMARÃES (pesquisadora responsável), Avenida Carvalho Leal nº 1777, Cachoeirinha, Manaus/AM, telefone: (92) 994650214, e-mail: [guimaraes.andrea@yahoo.com.br](mailto:guimaraes.andrea@yahoo.com.br), e a orientadora, Profª. Drª. Angela Xavier Monteiro. Avenida Carvalho Leal nº 1777, Cachoeirinha, Manaus/AM, telefone: (92)981741064, e-mail: [axmonteiro@uea.edu.br](mailto:axmonteiro@uea.edu.br).

Após ser esclarecido com as informações a seguir, e caso aceite participar, assine ao final deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador.

**1. Objetivos e Procedimentos:** Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa devido à sua condição de morador/residente na comunidade de Nossa Senhora do Livramento se enquadrando no perfil solicitado para o grupo de participantes do estudo. O estudo tem como **objetivo geral** avaliar o quadro de insegurança alimentar e nutricional e sua relação com aspectos sociais e de enfrentamento da Covid-19 na comunidade de Nossa Senhora do Livramento no município de Manaus/AM. Como **objetivos específicos**, a pesquisa visa a) identificar o perfil da qualidade do consumo de alimentos consumidos pela população; b) verificar a ocorrência de insegurança alimentar na comunidade ribeirinha de Livramento/Manaus-AM; e c) compreender as estratégias utilizadas perante as dificuldades enfrentadas na alimentação.

Para isso, os **métodos** utilizados serão:

- 1) um formulário socioeconômico composto por 18 questões divididas em 06 partes:
  - a) a primeira parte se refere a identificação do responsável pelas informações;
  - b) a segunda parte se refere ao número de pessoas da família que residem no domicílio;
  - c) a terceira parte se refere à renda mensal familiar;
  - d) a quarta parte se refere à escolaridade dos responsáveis pela renda familiar;
  - e) a quinta parte se refere a infraestrutura da habitação/domicílio;
  - f) a sexta parte se refere ao acesso a serviços de saúde e atenção básica;
- 2) um questionário de frequência de consumo alimentar composto de 22 questões;
- 3) um questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar composto por 14 questões objetivas; e
- 4) um roteiro de entrevista semiestruturado composto por 15 questões abertas divididas em 02 partes:
  - a) a primeira parte se refere aos “desafios de morar em uma área de Unidade de Conservação: trabalho, emprego, produção, renda, logística” (esta primeira parte será respondida apenas pelo(a) representante da Associação de Moradores); e



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIA DA SAÚDE



- b) a segunda parte se refere a “as principais dificuldades percebidas pelos moradores da comunidade durante as fases mais críticas da pandemia da Covid-19”. O tempo de aplicação dos questionários será em média de 30 minutos.

**2. Possíveis Danos:** Como **possíveis riscos** aos participantes do estudo, há a possibilidade de constrangimento e cansaço, ao responder os instrumentos de coleta de dados. Lembramos que você não é obrigado a respondê-la se não se sentir à vontade. Todavia, serão tomados os cuidados para precaução, como a coleta mais reservada entre o entrevistado e participante além do seu sigilo de identificação. Se você sentir qualquer desconforto durante a entrevista, ela poderá ser interrompida e caso necessário o pesquisador também pode acompanhá-lo até a unidade da saúde mais próxima para maiores cuidados (Resolução CNS nº. 446 de 2012).

**3. Liberdade de Participação:** Fica claro que o participante da pesquisa ou seu representante legal, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornar-se-ão confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional. Este documento assegura a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade do participante da pesquisa durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº.466 de 2012).

**4. Manutenção de Sigilo:** Os pesquisadores se comprometem com a garantia do sigilo em relação às respostas dos participantes, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, cabendo ao pesquisador, responsabilidade pelo armazenamento adequado de todos os dados coletados na pesquisa, bem como garantia do sigilo e da confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa; Será garantida, ainda, a não identificação nominal do participante no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; Uma vez concluída a coleta de dados, será feito a tabulação de todos os dados coletados, garantindo o anonimato dos participantes e confidencialidade das informações, para um dispositivo eletrônico local não mantendo todo e qualquer registro de qualquer plataforma, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

**5. Acompanhamento, Assistência e Benefícios:** Lembramos ainda que você será acompanhado (a) por um profissional formado e capacitado durante todas as etapas do estudo. (Resolução CNS nº. 446 de 2012). Como benefícios aos participantes voluntários da pesquisa pode-se mencionar a geração de conhecimentos produzidos acerca da sensação (ou não) de insegurança alimentar e nutricional durante a pandemia do COVID-19, que podem nortear o planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas, considerando que os resultados da pesquisa serão compartilhados com a gestão municipal

**6. Acesso aos Resultados:** Após a realização do estudo, o resultado será enviado ao Presidente da Comunidade e poderá ser utilizado, futuramente, para fins de promoção da sua saúde.

**7. Ressarcimento e Cobertura de Despesas:** O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Qualquer despesa decorrente deste projeto será de responsabilidade dos pesquisadores. Caso a participação na





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIA DA SAÚDE



pesquisa ocasione dano ao participante, estão assegurados direitos a indenizações e cobertura material para reparação do dano (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). O participante tem direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

**8. Endereço, E-mail e Contato dos Pesquisadores:** Para qualquer informação adicional a qualquer tempo pode ser procurada a pesquisadora ANDRÉA CRISTINA GUIMARÃES, telefone (92) 994650214; e-mail: guimaraes.andrea@yahoo.com.br e no endereço Avenida Carvalho Leal nº 1777, Bairro: Cachoeirinha, Manaus, AM. Cep:69065-001.

**9. O que é o CEP:** O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) se localiza na Avenida Carvalho Leal, 1777 - Cachoeirinha, Manaus/AM, Cep:69065-3/4 001; telefone (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com, com horário de atendimento das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00. O CEP tem como finalidade regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de pesquisas conforme áreas de conhecimentos especificadas pelo COMITÊ NACIONAL DE ÉTICA - CONEP no âmbito das unidades compreendidas pela UEA e de outras instituições.

**10. Acesso ao Registro e Consentimento:** O acesso ao Registro de Consentimento será dado ao participante sempre que ele solicitar, inclusive para que o mesmo consentimento seja retirado, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

O presente documento contém duas vias, sendo rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo senhor(a) convidado(a) a participar da pesquisa, ou por seu(sua) representante legal, assim como pela pesquisadora responsável.

Eu, \_\_\_\_\_ portador da cédula de identidade \_\_\_\_\_, após leitura minuciosa das informações constantes neste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Por estarem de acordo assinam o presente termo de consentimento.

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Andréa Cristina Guimarães



Impressão  
Datiloscópica

## ANEXO VI - MEDIDAS DE SEGURANÇA SANITÁRIA



### Medidas de segurança sanitária

Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a condição de Emergência em Saúde Pública Internacional, em decorrência da infecção humana pelo vírus Sars-CoV-2. No Brasil, conforme o decreto de nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 a Portaria nº 188 /GM /MS declarou, no dia 3 de fevereiro de 2020, a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) devido a propagação de infecções pelo vírus.

O Plano de resposta à COVID-19, conforme a OMS, deve contemplar três objetivos, sendo um deles diminuir e interromper a transmissão, evitar epidemias e retardar sua transmissão.

Dessa forma, considerando-se a condição de transmissão comunitária deste vírus e a necessidade de garantir todos os esforços em minimizar a sua propagação a equipe executora da pesquisa intitulada **“(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E COVID-19 NO AMAZONAS: O CASO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ”** a ser realizada pela pesquisadora Andréa Cristina Guimarães orientada pela Profa. Dra. Angela Xavier Monteiro, seguirá, em todas as etapas de sua execução, as recomendações de segurança sanitária estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e as recomendações do Ministério da Saúde.

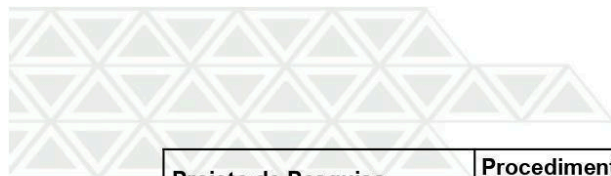




## Planilhas de Ações

Projeto de Pesquisa	Procedimento Operacional Padrão	Tarefa: Assinatura do TCLE
Executante	Pesquisadora	
Medidas de Segurança Sanitária	Manutenção do distanciamento social Execução de etiqueta respiratória Higienização das mãos até a altura dos punhos com água e sabão ou álcool 70% Uso de máscaras de proteção facial	
Resultados esperados	Realizar a orientação sobre os objetivos da pesquisa e suas etapas de execução aos possíveis participantes com segurança minimizando as chances de infecções, sobretudo, pelo vírus Sars-CoV-2.	
Atividades	Manutenção de distância mínima de 1 metro entre os membros da equipe executora e entre a equipe executora e pacientes utilizando máscara e higiene das mãos com água e sabão ou álcool 70%; Realizar a orientação sobre os objetivos da pesquisa e suas etapas de execução e assinatura do TCLE em ambiente limpo e bem ventilado.	

Projeto de Pesquisa	Procedimento Operacional Padrão	Tarefa: Aplicação do questionário
Executante	Pesquisadora	
Medidas de Segurança Sanitária	Manutenção do distanciamento social Execução de etiqueta respiratória Higienização das mãos até a altura dos punhos com água e sabão ou álcool 70% Uso de máscaras de proteção facial	
Resultados esperados	Realizar a aplicação do questionário aos participantes com segurança minimizando as chances de infecções, sobretudo, pelo vírus Sars-CoV-2.	
Atividades	Manutenção de distância mínima de 1 metro, entre os membros da equipe executora e entre a equipe executora e a população de estudo utilizando máscara e higiene das mãos com água e sabão ou álcool 70%; A aplicação do questionário em ambiente limpo e bem ventilado.	



Projeto de Pesquisa	Procedimento Operacional Padrão	Tarefa: entrevistas
Executante	Pesquisadora	
Medidas de Segurança Sanitária	Manutenção do distanciamento social Execução de etiqueta respiratória Higienização das mãos até a altura dos punhos com água e sabão ou álcool 70% Uso de máscaras de proteção facial	
Resultados esperados	Realizar entrevistas aos participantes com segurança minimizando as chances de infecções, sobretudo, pelo vírus Sars-CoV-2.	
Atividades	Manutenção de distância mínima de 1 metro, entre os membros da equipe executora e entre a equipe executora e a população de estudo utilizando máscara e higiene das mãos com água e sabão ou álcool 70%; A entrevista será realizada em ambiente limpo e bem ventilado.	

#### Saúde e segurança

As seguintes medidas de higiene sanitária serão implementadas durante a realização da pesquisa, conforme a Norma Regulamentadora 32 (NR 32), Lei Federal nº13.979, Decreto Municipal nº806 e as Recomendações de prevenção à COVID-19 do Ministério da Saúde.

Para minimizar as chances de infecção decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e visando garantir a proteção da coletividade devem ser adotadas as seguintes medidas:

- Utilização de máscaras de proteção facial pelos pesquisadores e participantes da pesquisa durante o ingresso, permanência ou desempenho de qualquer atividade em ambientes compartilhados com outras pessoas, nos setores público e privado;



- Comunicação imediata de possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus;
- Lavagem com frequência das mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou então higienize com álcool em gel 70%;
- Manutenção de distância mínima de 1 (um) metro entre os membros da equipe executora da pesquisa e entre a equipe executora e os participantes da pesquisa. Evitando abraços, beijos e apertos de mãos;
- Higienização com frequência do celular e outros objetos que serão utilizados;
- Se algum membro da equipe executora da pesquisa tossir ou espirrar, deve-se cobrir o nariz e boca com lenço ou com a parte interna do cotovelo. Não tocar olhos, nariz, boca ou a máscara de proteção facial com as mãos não higienizadas. Se tocar olhos, nariz, boca ou a máscara, higienizar sempre as mãos como já indicado;
- Se algum membro da equipe executora da pesquisa estiver doente, evitar contato próximo com os demais pesquisadores e participantes da pesquisa.
- Os equipamentos de proteção individual descartáveis como avental e máscara serão descartados devem ser lavados e desinfetados diariamente sempre que houver contaminação com material infectante, devem ser substituídos imediatamente, lavados e esterilizados;



## Técnica de higiene as mãos



Figura 1 – Técnica para lavagem das mãos.